



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

ALMA ROSANY OLIVEIRA DAHLEM

**DISCURSOS, CORPOS E VIOLÊNCIA:
UMA QUESTÃO DE DIREITO**

**Assis/SP
2023**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

ALMA ROSANY OLIVEIRA DAHLEM

**DISCURSOS, CORPOS E VIOLÊNCIA:
UMA QUESTÃO DE DIREITO**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

Orientando(a): Alma Rosany Oliveira Dahlem

Orientador(a): Maria Angélica Lacerda Marin

**Assis/SP
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

DAHLEM, Alma Rosany Oliveira

D131d. Discursos, Corpos e Violência: uma Questão de Direito / Alma Rosany Oliveira Dahlem – Assis, 2023.

72 p

Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Direito) – Fundação Educacional do Município de Assis – Fema – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – I-MESA- 2023.

Orientadora: Maria Angélica Lacerda Marin

1. Direito. 2. Violência. 3. Discurso. I Marin, Maria Angélica Lacerda. II Título

CDD: 341.5
Biblioteca da FEMA

DISCURSOS, CORPOS E VIOLÊNCIA:
UMA QUESTÃO DE DIREITO

ALMA ROSANY OLIVEIRA DAHLEM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: _____
Maria Angélica Lacerda Marin

Examinador: _____
Fernando Antonio Soares de Sá Júnior

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a meu amigo Ricardo A. S. Bueno, pela leitura atenta e parceria constante. E também a todas as mulheres que represento.

AGRADECIMENTOS

Chegar à faculdade de Direito aos 5.5 representa um privilégio e milhares de desafios para qualquer mulher ainda hoje no século XXI. Por isso, tenho tanto a agradecer. São cinco anos de desconstrução e reconstrução de conceitos e pré-conceitos, adquiridos ao longo de uma vida toda como professora, secretária, bancária, balconista, babá.

Começo ao agradecer a meu alter ego, a meu amigo/irmão desta e de todas as vidas: Márcio Reineimer, que me constitui e me traz à terra sempre que mergulho profundo no mar das utopias.

A seguir agradeço à minha colega Elizabeth Marx Bellina que representa todos os professores, professoras e professoris, colegas de magistério, que sempre permitiram o exercício da criatividade e o gosto pelo aprender. Aliás, lá na escola do interior do RS aconteceu a primeira inspiração para o Direito: "não deem cinco minutos pra Alma que ela te convence a qualquer coisa", diziam diante de minhas ideias quase sempre inexequíveis.

Nesses cinco anos, sobrevivemos à pandemia da Covid, às aulas on line. Superação é a nossa palavra. A Fema nos abraçou e conheci muita gente legal que merece minha gratidão. Recebi muito apoio, carinho e cuidado durante as inúmeras crises de asma. Obrigada, advogados e advogatas das turmas XXI, XXII e XXIII.

Minha mais profunda gratidão aos professores e às professoras da Fema, na pessoa da amadíssima Maria Angélica Lacerda Marin cujo e-mail a representa: adoromeusalunos@, minha orientadora e inspiração plena, recebam meu carinho. Em especial, também agradeço ao Prof. Fernando Sá oela leitura atenciosa deste texto.

Para encerrar, agradeço à minha família, meu esteio e razão para existir. Aprendi muito com cada um dos meus dois filhos, pois ser casa de gente nos modifica para sempre. Meu número Um, Dr. Rodolfo, mostra-me a resiliência e a disciplina. Já meu número Dois, Leopoldo, entrou correndo na minha vida com a urgência do artista inteligente, ensina-me a voar, a cantar, a sonhar. E à minha nora preferida, Dr^a. Larissa, recusou um café e trouxe firmeza de caráter e de propósitos. Amo-a tanto que lhe entreguei sorrindo meu filho na casa do Pai. Amores e doutores da minha vida, dedico esta conquista todinha a vocês.

"A história não se desenrola apenas nos campos de batalha.
Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas,
nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos,
nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquina.

Disso eu quis fazer minha poesia.
Desta matéria humilde e humilhada,
dessa vida obscura e injustiçada,
porque o canto não pode ser uma traição à vida e
só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo
as pessoas e as coisas que não têm voz."

Ferreira Gullar

RESUMO

Apesar dos muitos avanços das tecnologias da informação e do conhecimento, a humanidade enfrenta antigos e conhecidos tempos de violência no terceiro milênio. Neste sentido parece haver uma incongruência já que a evolução das ciências não conseguiu repercutir seus avanços a fim de trazer pacificação à sociedade. Estudos da primeira fase das pesquisas de Foucault apontam que o homem e a mulher modernos permanecem atrelados a discursos e a subjetivações, que lhes constituem, manipulando seu agir no mundo. Isto é, a vida em sociedade ecoa micropoderes que imprimem estratégias de controle para tornar os corpos domesticados, dóceis e disciplinados, a partir de discursos que se fragmentam em saber-poder.

Palavras-chave: Corpos, Discurso, Subjetivações, Direito e Violência

ABSTRACT

Despite the numerous advancements in information and knowledge technologies, humanity faces ancient and familiar times of violence in the third millennium. In this sense, there appears to be an incongruence since the evolution of sciences has not been able to translate its progress into bringing peace to society. Studies from the first phase of Foucault's research indicates that modern men and women remain bound to discourses and subjectivities that constitute them, manipulating their actions in the world. That is to say, life in society echoes micropowers that impose control strategies to domesticate, discipline, and make bodies docile, based on fragmented knowledge-power discourses.

Keywords: Bodies, Discourse, Subjectivities, Law, and Violence

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. ANOS DE LUZES E DE TREVAS	14
1.1. O Arqueólogo do Saber-Poder	14
1.2. Filosofia: Um Ponto de Vista.....	15
1.3. O Sujeito e a Subjetivação do Homem Moderno.....	16
1.4. O Poder Simbólico e Disciplinador do Discurso	19
1.5. A Fronteira do Conhecimento e a História como Representação.....	22
2. Corpos Dóceis	27
2.1. Rainhas do Lar	28
2.1.1. Mulher da Pílula.....	29
2.1.2. Professorinhas e Elas de Jaleco.....	30
2.2. Mulher dos Anos 90	32
2.2.1. Eleitoras e Chefes da Casa	33
2.3. Epidemia de Violência	34
2.3.1. Encarceradas.....	34
2.3.2. Refúgio pouco Seguro.....	37
2.4. Mulher do Século XXI.....	38
3. CORPUS EM OBSERVAÇÃO	41
3.1. Lei Maria da Penha e Divórcio	42
3.2. Declaração de Nulidade Matrimonial.....	43
3.3. Corpus Discursivos em Confronto.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	51

ANEXOS**SUMÁRIO**.....54

INTRODUÇÃO

Caymmi compõe -Samba da minha terra¹ em 1940, um ritmo alegre que ganha espaço nos palacetes assobradados e seus cortiços, nas casinhas penduradas nos morros através das ondas médias. Assim o balanço deste e tantos outros sambas ressoa e cadencia o cotidiano das donas de casa, das cozinheiras, das lavadeiras, das arrumadeiras, das babás, das balconistas. Isto é, todas as mulheres que tinham no Rádio sua janela para o mundo. Afinal, no inconsciente coletivo da brasileira da segunda metade do século XX, -Quem não gosta de samba bom sujeito não é/Ou é ruim da cabeça ou doente do pé.

Ao despertar o gosto pela música até então amaldiçoada, o samba do século XX registra a cultura de um Brasil marginal, recém-saído da escravidão, que também acolhe imigrantes para compartilhar suas culturas e dividir seus nada, enquanto ajudam a construir um país. Então, a nação continental brasileira funda-se num complexo encadeamento das culturas. Impossível negar que, nestes últimos cem anos, o samba emerge como cultura nacional de sua gente trabalhadora, criativa e alegre.

Contudo, ao repetir várias vezes uma verdade nas esquinas da vida, o eu lírico² fala para alguém que a consolida como cultura popular. Por isso, aquele que -não é ruim da cabeça ou doente do pé representa um típico brasileiro. Conseqüentemente, o som ritmado do samba baliza e fundamenta o comportamento social tão necessário à vida pacífica em sociedade: ser um bom sujeito.

Para além disso, o adágio popular consagra toda generalização como alienada e alienante. Por isso, resta a reflexão: gostar de samba é imprescindível para ser um bom sujeito? A questão deste estudo se repousa sobre, exatamente, à construção do inconsciente coletivo a partir de discursos e da representação. Nesta breve pesquisa para conclusão de Direito, pretende-se analisar, através do discurso e da representação, a contribuição da mulher à construção da sociedade contemporânea, materialmente, mais violenta.

À condução dessa análise, buscou-se recorte teórico com cientistas, escritores e pensadores dos séculos XX e XXI. Essa opção não é desprovida de intenção. Uma vez que o surgimento da linguística, das ciências sociais e o impacto dos estudos culturais trazem luz à importância do discurso como fundador de estruturas sociais. Além disso, inúmeras profissões têm na palavra sua

¹Composto por Dorival Caymmi, -O samba da minha terra foi gravado pelo Bando da Lua, aliás o último fonografado pelo grupo realizado no Brasil, em 1940.

²Eu lírico é o nome que se dá à voz poética. Isto é, àquela voz que expressa sentimentos, pensamentos, opiniões e emoções na poesia.

ferramenta de trabalho como a do advogado que, através do discurso, empresta voz àqueles que não a têm.

Assim, o primeiro capítulo deste estudo traz a contribuição inestimável do filósofo do Saber, Michel Foucault, tudo com vistas a observar a construção discursiva da mulher da segunda metade do século XX. Pensadores como Ferdinand de Saussure, Roger Chartier, Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Márcia Tiburi, Peter Burke, Michel Maffesoli, Pe. Julio Lancellotti, entre outros, também contribuem ao diálogo transdisciplinar que se pretende fomentar quanto à representatividade da mulher hoje.

No segundo capítulo, apresentam-se pesquisas a respeito da atuação da mulher nestes últimos cinquenta anos, uma vez que a estrutura social se modifica desde a chegada dos métodos contraceptivos no país. Também se elencam números, que se constituem em análise material, sobre a violência contra corpos femininos. A partir desse paralelo, pretende-se construir o perfil da nova mulher que se representa como fruto de uma sociedade transfigurada, ativamente, pela sua participação em estruturas socioeconômicas.

O terceiro capítulo destina-se a tecer um diálogo entre os discursos do ordenamento jurídico brasileiro sobre o divórcio, a importante Lei Maria da Penha, o direito canônico e um histórico dos fatos para declaração de nulidade matrimonial. Nesse recorte, observam-se as subjetivações de cada discurso em caso real, ocorrido em cidade interiorana do estado mais rico da federação, Assis em São Paulo. Logo, pressupõe-se revelar as marcas representativas do saber-poder de corpos femininos, uma vez que elas participam de estruturas sociais atualmente.

Parafraseando Foucault, pretende-se tornar visível o que é visível no discurso e nas estruturas sociais. Trazer à academia, espaço propício ao diálogo científico, aquilo que pode tentar explicar as causas da violência contra a mulher. Tudo isso a partir do terreno abstrato e movediço da cultura discursiva que talvez encontre muitas resistências. Entretanto, considera-se importante trazer à pauta o discurso e a representação femininos nas estruturas sociais que, realmente, rompem muitas barreiras culturais. Além disso, uma nova identidade feminina, uma nova mulher não representa uma refém nem uma heroína. Essa nova pessoa emerge há pouco mais de meio século, consolida-se e ajuda a semear uma sociedade que ainda carece bastante de pacificação.

Sobremaneira, objetivo específico da pesquisa consiste em convidar a academia e a mulher contemporânea ao debate sobre discurso e representação delas como fomentadoras de uma sociedade que, materialmente, apresenta-se mais violenta. Ao constatar que hoje elas participam mais da construção social e, logo, têm parcela de responsabilidade tanto nas causas quanto nas

consequências das estruturas estruturantes em que consolidam sua atuação social. Portanto, essa breve pesquisa monográfica se debruça sobre a importância da construção de diálogo de advogada para advogada, de mãe para mãe, de mulher para mulher.

1. ANOS DE LUZES E DE TREVAS

O século XX permite a construção do senso comum de que a evolução chegou e trouxe consigo soluções para os problemas que sempre assolaram a vida em sociedade. Essa sensação de evolução do conhecimento toma conta do inconsciente coletivo ao se materializar em avanços perceptíveis à maioria das comunidades. Dessa forma, a população percebe a organização das cidades, das praças, das ruas. Encanta-se como iluminação pública acende a vida noturna à cidade, mas também parece dissipar o obscurantismo de um passado sombrio e violento. A sensação é de que o pós- medievallismo amanheceu triste, porque saiu das sombras, que o resguardavam.

De outra perspectiva, o surgimento de ciências sociais e humanas e a evolução da medicina, a partir do século XIX, ajudam a organizar a sociedade moderna. Muitas instituições nascem para atender às necessidades cotidianas como a escola, a biblioteca, o jornal, o hospital, o quartel, a delegacia, a prefeitura. Essas estruturas materiais representam alguns avanços do conhecimento, cenário adequado para o desenvolvimento de uma sociedade, aparentemente, pacífica e justa.

Entretanto, este mesmo século também é o palco de acontecimentos que impactam negativamente a história. Importante elencar alguns eventos que resultam, pela mão humana diretamente, em número inacreditável de mortes, como as Guerras Mundiais, o nazifascismo alemão, o Holocausto Judeu, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, a Guerra Fria. Além das mortes com a gripe espanhola, a epidemia da HIV Aids e a política de embranquecimento da população no Brasil, entre outros. Nesse século de guerras, a história está manchada pelo sangue de corpos invisíveis de homens, mulheres, velhos, jovens e crianças de todas as classes e de todas as origens.

Como resultado do grande avanço do conhecimento, o homem pode ir à Lua, mas tem sua vida ameaçada ao sair para o supermercado do seu bairro, por exemplo. Assim, algumas reflexões devem pautar a academia cujo espaço nasce para catalisar o conhecimento e amenizar os problemas da vida em sociedade. São eles: por que a sociedade está mais violenta? No caso deste breve estudo, especificamente, quem é a mulher que ganha o mundo, mas leva a casa nas costas? Qual sua contribuição, sua cota de responsabilidade para o aumento da violência social?

1.1. O Arqueólogo do Saber-Poder

No paradoxal século XX, nasce Paul-Michel Foucault em seio de família de classe média alta na França, a 1926. O avô, a avó e o pai eram médicos. O apelido de Raposa, entre os amigos na

juventude, já o categorizava pela sagacidade e pela esperteza. Esperam que o rapaz muito inteligente siga a carreira da família. Entretanto, os pais percebem desde a infância o interesse do filho pela história. O jovem da infância mergulhada em desafios e, assumidamente homossexual desde a adolescência, tenta suicídio mais de uma vez. Com o corpo sadio e a mente repleta de inquietações, sua família lhe interna num sanatório em 1948, logo após a mais uma tentativa de suicídio. Michel Foucault viveu em mudança, procurava incessantemente a diferença de si.

Apesar de tudo isso, estuda filosofia e psicologia. Aos 25 anos, já trabalha em hospitais e em penitenciárias. O pesquisador metódico traz ao debate a questão de uma ordem social aparentemente natural e imutável, na qual a subjetividade humana fora sequestrada, mediante a repetição de comportamentos aceitos pela sociedade. Falece a 1984, vítima HIV Aids, no auge de uma produção científica, significativamente, erudita com bases e fontes sólidas sobre o mundo moderno.

O filósofo entende importante fazer como o arqueólogo. Buscar a fundo, escavar e trazer à tona a verdade que liberta. A arqueologia empresta-se como metáfora, pois é "uma máquina crítica, uma máquina que recoloca em questão certas relações de poder, máquina que tem ou pelo menos deveria ter uma função libertadora" (FOUCAULT, 1999, p.156).

No início de sua pesquisa, o eixo temático parte do homem e percorre o poder, o saber e a ética:

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento (FOUCAULT, 1999, p.8).

Visivelmente indignado com seu contexto social, Foucault dedicou-se a analisar as estruturas sociais que dimensionam a sociedade através do discurso, por que através dele imprimem poder disciplinador. Assim, em 2024, chega-se a 40 anos da morte do cientista que, ainda, representa a mais profunda referência à compreensão das estruturas que, tais como cadeias, aliciam, encurralam, restringem, definem o quão dóceis devem ser os corpos de uma sociedade alienada e alienante.

1.2. Filosofia: Um Ponto de Vista

Importante ressaltar que Foucault é um pensador da relação, adora comparar e escrever: "no fundo, escrevo pelo prazer de escrever" (FOUCAULT, 1999, p. 157). Apesar de o olhar histórico que também o caracteriza, seu pensamento é filosófico e político. Filosófico porque é teórico e político pois sugere uma ação de resistência. Profundamente conceitual, sua pesquisa convida a academia a

comparar seus escritos. Espera claramente que seus estudos sirvam à construção de discurso próprio àquele que o lê e o estuda. Talvez aqui esteja um dos desafios em estudar sua obra, uma vez que seu trabalho resulta portador de conteúdo intelectual elevado, com erudição particular e manifesta-se através de um discurso pouco afeito à maioria até mesmo de pesquisadores e leitores contemporâneos do mundo todo. Para pós-doutora em História Alaniz, a leitura de Foucault é essencial para entender as estruturas do poder, por que o discurso acadêmico também é um discurso rastreável. Complementa que:

Foucault não é uma leitura para os primeiros anos de graduação. Foucault é uma leitura mais madura, para quando você já tem um entendimento sólido de teoria da história e de filosofia da história. Foucault era um erudito e seu trabalho está alicerçado em fontes sólidas, mas a distância entre as conclusões e as fontes tornam muito árida a leitura (ALANIZ, 2014).

Entretanto, as teorias de Foucault são referidas ainda no século XXI, dada a lógica de suas convicções no que diz respeito a como o saber e o poder se inter-relacionam na sociedade moderna. O filósofo analisa, profunda e exaustivamente, o homem do seu tempo e assenta sua pesquisa sobre as regras e justiça, do saber médico, da sexualidade, da loucura, entre outros campos do conhecimento. Propõe-se a sacudir as evidências, os modos, os costumes, as práticas cotidianas dentro da sociedade. Isto é, tornar visível exatamente tudo aquilo é visível. A partir de então, sugere um novo tipo de existência, um novo agir no mundo, um novo homem que se condiciona às estruturas de poder. Isto é, o homem e a mulher modernos admitem um poder simbólico que lhes sujeita e lhes subjetiva.

1.3. O Sujeito e a Subjetivação do Homem Moderno

O conceito do homem foucaultiano³ emerge como objeto que sofre as limitações do seu tempo e seu lugar no mundo a partir do século XIX. Esse homem do conhecimento resulta do embate entre os domínios do saber. Isto é, a formação dos domínios de saber e de certas práticas sociais exercem forças políticas, que definem e constituem esse homem moderno. A exemplo dessa epistemologia observa-se o poder que se manifesta através de saberes como os discursos médico, jurídico, sociológico, que circunscrevem atualmente todo um modo de ver e agir.

Assim gostaria particularmente de mostrar como se pode formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que nasceu das práticas sociais, das práticas sociais de controle e de vigilância (FOUCAULT, 1999, p.8).

³Neologismo da pesquisadora como licença poética e homenagem à inteligência de Michel Foucault.

Em Foucault, o conceito de homem atravessa o dos acadêmicos. Ou seja, esse homem moderno não é o mesmo sujeito da Grécia antiga, porque não tem os mesmos desejos, as mesmas sujeições e nem os mesmos discursos. Esse novo ser resulta de uma história sim, entretanto, a história das ideias lhe constitui e modifica seu estar no mundo. Este novo homem existe plenamente a partir de seu pensamento, de suas ideias, de seu conhecimento. Portanto, está subjetivado e sujeitado a ideais e a objetivos.

Importante lembrar o conceito de sujeito que advém do latim, atualmente, formado por *sub* (sob, debaixo de) acrescido a *jacere* (lançar, arremessar), logo significa colocar sob, abaixo de. A história registra essa sujeição do homem até o período medieval. Ali, o homem estava sujeitado a outro através da força que se manifestava como poder dominante. Alguém possuía a terra e tudo aquilo que estivesse sobre ela. O poder de proprietário subjugava a população local ao desejo do possuidor, mediante a relação de total sujeição.

Para Williams, sujeito também refere a "Uma pessoa sob o domínio de um senhor ou soberano; substância; matéria trabalhada" (2007, p.387) que evoluiu como tudo em linguagem. Hoje o conceito de sujeito admite o sentido de sujeito de um tema, de um saber. Transforma em senhor de um conteúdo àquele que domina o saber. Nesse sentido, a ciência da linguística explica como a linguagem reveste o homem e o instrumentaliza. Permite-lhe a expressão do pensamento e sua significação em determinada sociedade. Isto é, a linguagem estrutura a ação humana no mundo, subjetivando-lhe e permitindo-lhe a construção de subjetivações.

Seguindo no mesmo sentido, uma das máximas de Saussure, 2008, que acrescenta: "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto". Logo, a linguagem determina o valor da subjetividade nos processos de comunicação, uma vez que cada indivíduo estabelece sua perspectiva, seu recorte, colaborando à apreensão de sentido e de significado culturais.

Este significado de sujeição à ideia, à arte e à área do conhecimento, por exemplo, coincide com o sentido de subjetivação em Foucault. Dessa maneira, a cidadania resulta do homem moderno submisso a uma série de experiências e conjunto de crenças, de valores e de regras, que estão em permanente disputa, o que lhe permite o trânsito social. Há uma infinidade de discursos que travessam o indivíduo mesmo que esse nem a perceba. Tudo isso compõe os processos de subjetivação, que acontecem para além da linguagem, como a moda, a cultura e a arquitetura, entre outras expressões das ciências sociais. São estruturas discursivas que definem o saber-poder ao qual o homem se sujeita ou sujeita a outro.

Como o discurso jurídico atua em sociedade hoje. Para usufruir do saber-poder jurídico há toda uma estrutura material a percorrer. Logo, a existência dessa estrutura delimita o acesso a esse saber-poder, constituindo poder a quem o já percorreu e sujeição a quem dele necessita. Essa estrutura estruturante na advocacia exige, para além do diploma de graduação, a aprovação em prova específica, o que de certa forma desqualifica o trajeto acadêmico. Bourdieu, ao contribuir para a análise, observa como o poder se manifesta através dos mecanismos enunciativos:

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação de fazer crer e fazer ver, de confirmar e de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) (BOURDIEU, 1989, p.14).

Ao constituir a subjetividade, essas estratégias moldam os corpos para adequá-los a disciplinas e comportamentos de vigilância e de controle. O homem deixa de ser sujeito per se, pois ritos tornam-se recursos sociais aceitos e cobrados indefinidamente, nos quais dispositivos discursivos mediam a fundação dessas subjetividades que estruturam o homem moderno. Muitas vezes, esse nem percebe a forma como os processos de subjetivação moldam seu jeito de ser e agir, apenas, disciplinando-o.

A filósofa Márcia Tiburi exemplifica a manifestação dos processos de subjetivação na sociedade através da educação do indivíduo:

O processo educacional que a gente passa ao longo da nossa vida começa antes da gente nascer, quando estamos instalados num lugar aconchegante que é o útero de nossa mãe até o dia em que a gente morre. A gente continua o processo de educação. Em outras palavras, a gente está sempre aprendendo. Aprender é introjetar, interiorizar as mensagens, os conteúdos que são externos a nós, que estão no mundo. Entram em nós em forma de linguagem. Todos somos seres de linguagem. O mundo é traduzido pra nós em forma de linguagem que se transforma numa espécie de corpo (TIBURI, 2019).

Logo, as subjetividades fundam o homem moderno, submetendo-o a domínios de saber. Muitas vezes, firmam-se como estratégias de controle, de vigilância e de disciplina. São aceitas e esperadas pela sociedade, por que o poder hoje se fragmenta e só existe em execução. Exemplifica-se esse agir em como a formação de fila evoluiu, socialmente, para sinônimo de ordem e não de submissão ao poder. Além disso, tais formas de controle a que o homem se submete mascaram-se em instituições sociais como a escola, a academia, o quartel, a fábrica, o hospital e o presídio. Essas mesmas instituições oferecem proteção e assistência e, ao mesmo tempo, operam mecanismos de controle através de rotinas, de disciplinas, de estratégias de produção, de punição ou de recompensa. Nesse sentido, Foucault alerta que essas tecnologias políticas estão configuradas como micropoderes que regem e adestram corpos, na expectativa de os domesticar, de os adestrar, de os tornar dóceis.

1.4. O Poder Simbólico e Disciplinador do Discurso

Como o homem e a mulher modernos são frutos do meio, seus discursos revelam subjetividades que muitas vezes representam ecos de gerações. Então, Foucault intriga a academia ao estudar também a formação discursiva. Isto é, ao traçar a arqueologia do discurso e sua trajetória, busca compreender como o homem se aproxima dos diferentes discursos. A maneira como o discurso se atravessa de estruturas estruturantes de poder modifica a percepção de realidade do homem moderno. Muda sua ótica, conduzindo-o, alheio inclusive à sua vontade.

Foucault pesquisou e comprovou que os saberes constroem seus próprios discursos. A história das ideias, na qual o discurso do indivíduo reproduz e o representa para além da forma e do conteúdo, contém recursos subliminares de saber e de poder. Por isso, a análise dos discurso prescinde de "tratar o discurso como um conjunto de fatos linguísticos, ligados entre si por regras sintáticas de construção" (FOUCAULT, 1999, p.9).

A formação de domínios de saber a partir das relações de poder ou de determinadas práticas sociais exerce forças políticas sobre o homem. Essas relações de poder estão na base da sociedade organizada, portanto o poder não está mais no Estado. O poder se fragmenta em micropoderes que exercem força, que não são repressores, mas são disciplinadores. Nas relações sociais, esses micropoderes fundamentam as estruturas materiais, por que esses micropoderes só existem em ação. Também produzem relações necessárias uma vez que esse poder disciplinador resulta dessa oposição. Isto é, o poder não está concentrado em algo ou alguém. Impossível, portanto, controlá-lo; entretanto, as relações de poder microfragmentadas permitem identificar sua trajetória. Para tanto as ciências sociais e humanas servem como mapeamento para identificar que tipo de relação de poder determina aquele encontro. Isto é, o poder se constitui de micropoderes que só existem em relação, a partir de resistência entre o dominado e o dominador, por isso, em Foucault, a sociedade apresenta esta estrutura material.

Por outra análise, a subjetividade desafia a recepção e a compreensão na perspectiva das relações simbólicas. Isto é, a linguagem como estrutura material se transforma à mercê do contexto, porque não é perene ou estática. Para tanto, molda-se como ferramenta a partir complexa rede de conhecimentos que representam as estruturas constitutivas do discurso do homem, como se verifica e, até mesmo, pode explicar o atual desmonte da educação brasileira. O analfabetismo funcional serve exatamente para manter a microestrutura de poder, de controle, de disciplinamento. Apesar da aparente transparência e liberdade com a qual o discurso se manifesta hoje, há -um obscuro conjunto de regras anônimas (FOUCAULT, 1995, p. 238), que constroem não a história do homem

moderno, nem constituem sua narrativa. São estruturas de poder que o aprisionam, que o domesticam, que o atrelam a um sem fim de compromissos éticos, morais e sociais, através de um discurso de dominação.

Para além disso, FOUCAULT defende que "Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias" (2021, p.237); e pergunta, indignado, à sociedade científica "Resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual?" (Ibidem).

O discurso representa a sociedade uma vez que é uma construção social. É um fenômeno social através de dispositivos para além da palavra, na arquitetura, na arte, na educação, na política, entre outros. Essas estruturas sociais dizem como o homem deve agir no mundo. Por exemplo, a contagem censitária oferece elementos para o estabelecimento de políticas públicas de controle, de disciplinamento e de poder. Entretanto, também podem servir à constituição do retrato irrefutável não ideal das desigualdades. Podem contar a história, portanto, de alguns dos maiores problemas da sociedade hoje, como a violência contra a mulher num cenário em que elas têm cada vez mais responsabilidades.

Para além disso, há uma organização que redistribui a maneira como esse discurso circula e o poder que cada um representa. Esse saber-poder produz ondas que trazem um discurso à tona e submergem outro, revelando também uma disputa. A aleatoriedade do discurso não é um fenômeno inocente, porque a materialidade de determinado discurso corresponde ao poder dominante naquela sociedade e naquele tempo. Neste sentido, Pierre Bourdieu contemporâneo de Foucault, contribui ao analisar a construção do poder da palavra na construção de subjetivações:

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem (BOURDIEU, 1990, p.167).

Assim também o afirma Saussure, criador da ciência complexa da linguística, que se ocupa da linguagem verbal humana, quer falada, quer escrita, como sistema de interação e de comunicação, ainda como instrumento sistematizado para manifestação do pensamento, da socialização. Isto é, o homem se constitui no mundo através da palavra e do discurso. Por isso, as pesquisas inovadoras da linguística, podem contribuir aos conceitos de Foucault:

O objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisa heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. -, que separamos claramente da Linguística, mas que, por

culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos (SAUSSURE, 2008, p 16).

O cientista Foucault dedicou sua vida à pesquisa da subjetivação do homem, seus saberes, suas estratégias discursivas na expectativa de demonstrar aquilo que identificara como o poder em todas as suas instâncias. Estes micros e macropoderes se manifestam de forma objetiva na sociedade hoje, uma vez que esses discursos estão atravessados de uma teia, tal qual uma rede, que enreda o homem. Fá-lo refém e algoz por que reproduz e representa um discurso carregado de não-ditos, de já-ditos, de silêncios que imprimem muito poder, mas não são marcas de sua história. Esses poderes são frutos de saberes que surgem, inadvertidamente, desconexos uns dos outros, mas visam necessariamente à docilização, ao disciplinamento e ao adestramento dos corpos.

Para FOUCAULT, "é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam"(1995, p 24), uma vez que essas crenças limitantes, as quais a sociedade moderna preserva, escondem uma complexa cadeia de estruturas sociais que orquestram o enfraquecimento do avanço do conhecimento. Por exemplo, o discurso médico fica restrito a determinado grupo que o detém, manipula e permite-lhe acesso a poucos, mediante necessidades especiais como léxico próprio, rotinas específicas, além de vários anos de estudos.

Neste sentido, Foucault provoca a discussão sobre os motivos pelos quais determinados discursos se sobressaem enquanto outros são subalternizados, apagados, desqualificados. A isto o cientista se referiu como estruturas de saber-poder, domínios de saber, que funcionam à mercê de controle, demonstrando sua manipulação. Assim, cabe exemplificação característica da manipulação do poder estabelecido na sociedade moderna. Em plena era da informação na qual claramente se identifica a construção de subjetivações que interessam à manutenção de poder e de controle, o apagamento do discurso jornalístico representa controle dos domínios de saber e de poder. Embora ainda existam inúmeras faculdades da área da comunicação social, a carreira do jornalismo prescinde de curso de graduação por decisão do Supremo Tribunal Federal desde 2009. Neste contexto, há uma profunda ruptura entre a construção de um domínio de saber e as estruturas estruturantes que, de forma material, definem quem pode saber o quê e como. Visto que a informação se constitui em bem que gera lucro, produz riqueza e media poder, interessa que a informação chegue ao leitor pela mediação de alguém não instrumentalizado, formalmente, pela academia, por isso passível de descrédito quando interessar ao poder. Logo, a desqualificação da profissão do jornalista demonstra o controle de um determinado saber-poder, numa época em que saber é poder.

Nesse sentido, a depreciação do termo guarda-chuva mídia e o interesse em desacreditar o profissional da mediação representam subjetivações através discurso da mídia e da informação. Portanto, a desqualificação repercute diariamente no sentido de que a sociedade não considere seu conteúdo a partir de pautas como: *fakenews*⁴, Globo lixo, tevê deforma. Essa linguagem desvirtua a mediação e carrega, subsidiariamente, o desejo de controlar tudo que o saber fragmenta. Todavia, como controlar a mídia é quase impossível na era das redes sociais, importante desqualificar sua estrutura estruturante: fragilizar a formação do jornalista. Assim, há interesses de que a conquista da liberdade de expressão, do livre acesso à informação e à polifonia sejam, absolutamente, controlados.

Logo, os domínios de saber-poder apontam que aquela sujeição adquirida através da força ou por ordem e graça de um rei absolutista, na sociedade moderna, é imposta pelos discursos das ciências humanas e sociais. Entenda-se ciência como todo conhecimento que pode ser analisado por determinada metodologia. No século XX, esses saberes científicos ganham categoria de ciências humanas e sociais. Embora sejam denominadas, constituem-se em barreiras, em limites à maioria da população. Tal qual uma bolha, compõem um microuniverso de conhecimento e de poder. Esse saber-poder luta pela manutenção de seu nível de conhecimento por que encontra resistências. Isto provoca que um determinado saber-poder se configure em discurso de dominação e de segregação, ao mesmo tempo.

Assim também ocorre com o discurso jurídico que é quase inacessível à maioria das pessoas, uma vez que certa estrutura social inviabilizou que conhecessem o conteúdo basilar da Constituição Federal, que não consta da grade curricular da educação brasileira, por exemplo. Para além do recurso do uso excessivo de léxico específico no discurso jurídico, como também ocorre no discurso médico, que inviabilizam a cognição à maioria da população. Claramente, caracterizam os saberes-poderes que se delimitam fronteiras intransponíveis e excludentes.

1.5. A Fronteira do Pensamento e a História como Representação

Neste momento histórico, o acesso à informação apresenta-se como sistemas que, aparentemente, facilitam-lhe a compreensão. Contudo, esses sistemas se constituem de estruturas de macro e micro-poderes que encapsulam os discursos científicos, criam redomas, separam-nos e caracterizam poder que desconhece limites. A isto, Foucault atribuiu à descontinuidade da história uma que esses avanços não perseguem uma singularidade. A evolução do conhecimento não encontra paradigma

⁴*Fakenews*: informações falsas em inglês.

na história. Ora a evolução do conhecimento representa avanço social, ora a era do conhecimento resulta num hiato à manutenção do equilíbrio social. Apesar de terem um objeto em comum, têm origens diversas essas rupturas e descontinuidades da história. Em FOUCAULT (1999, p.9), –em lugar dessa cronologia contínua da razão", uma vez que:

A noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas. (...) o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável: o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado (Ibidem).

O pesquisador Foucault aponta que –a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa (Ibidem). Isto é, a documentação formaliza o registro da História, entretanto, a história das ideias registra o nascimento do novo homem, senhor do seu discurso, pois

No séc. XIX, formou-se um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal (...) nasceu das práticas sociais, das práticas sociais do controle e da vigilância. (...) fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento (Ibidem).

Em perspectiva semelhante, Chartier compreende a sociedade a partir de estudos culturais e da representação.

Em um vocabulário diferente, essas definições dizem, no fundo, uma mesma coisa: que o campo da história dita intelectual recobre, na verdade, o conjunto de formas de pensamento e que seu objeto não tem mais precisão *a priori* (grifo do autor) do que aquele da história social ou econômica (CHARTIER, 2020, p. 25).

Para além da registrada através de acontecimentos e de documentos, a análise histórica teórica pode ser estudada, simultaneamente, na prática e constituir a Nova História Cultural. A premissa científica do sociólogo defende que a disputa de narrativa pode ser estudada a partir da

Epistemologia da coincidência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem a ocupar o lugar de passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão histórica (CHARTIER, 2020, p.12).

Chartier sugere que o caminho dos estudos culturais acrescentam o fenômeno da representação como constitutivo à história cronológica. Esses elementos, antes desconsiderados, trazem construtos sociológicos, filosóficos, linguísticos, entre outras áreas do conhecimento que forjam o homem moderno, pois

O que queria dizer três coisas: primeiramente (...) que as categorias do pensamento não são nem universais nem redutíveis àquelas operacionalizadas pelos homens do século XX; em seguida, que as maneiras de pensar dependem, antes de mais nada, dos instrumentos materiais (as técnicas) ou conceituais (as ciências) que as tornam possíveis; enfim contra um evolucionismo ingênuo - que não há progresso contínuo e necessário (definido

como uma passagem do simples ao complexo) na sucessão das diferentes aparelhagens mentais (CHARTIER, p.30).

Portanto, o sociólogo Chartier corrobora o argumento do filósofo Foucault: a história não é contínua e a trajetória do homem também não se caracteriza pelo progresso evolutivo. Cada tempo tem o seu homem, construído a partir de teia complexa de subjetividades e de representações que estão em disputa constante. Negar essa premissa científica inviabiliza compreender, por exemplo, em que consistem os motivos para a sociedade estar tão desigual e violenta, apesar da evolução do conhecimento. Assim, irrefutável à pesquisa, a representação participa ativamente à mobilidade do indivíduo em sociedade. Representação quer no sentido da presença de um ausente, quer na perspectiva de simbolizar ou de significar algo ou alguém, é um fenômeno que imprime sobreposição de sentido ou de um lugar de disputa.

Em uma determinada época, o cruzamento desses diferentes suportes (linguísticos, conceituais, afetivos) comanda 'modos de pensar e de sentir' que recortam configurações intelectuais específicas (por exemplo sobre o limite entre o possível e o impossível ou sobre as fronteiras entre o natural e o sobrenatural) (CHARTIER, 2020, p.31).

Neste sentido, o Chartier atribui importância à contribuição da ciência de Saussure. Com apenas um século, a ciência linguística moderna encontra os estudos culturais para reconhecer que a palavra acontece antes no pensamento, abstrata, subjetiva, carregada de cultura do indivíduo. Em seguida, materializa-se no campo do discurso. Para além da força de expressão, a construção lexical identifica e materializa o falante, o lugar e o tempo dele na história das ideias.

Por isso, a Nova História Cultural precisa contemplar as inúmeras representações do homem e da mulher modernos. Indubitavelmente, essa pluralidade fônica registra ressonâncias que a representação transporta como discursos religiosos, ideológicos, políticos, sociológicos, entre outros. Isso também foi confirmado pelos estudos de Foucault sobre a loucura. Como também se observa, depois da epidemia HIV Aids, nas questões sobre identidade de gênero cujos discursos entram em disputa material a partir do momento em que passam a ser denominados. Isto é, ao estratificar todo o universo da doença desencadeada pelo vírus do HIV a partir dos sintomas, dos grupos de risco, dos métodos de transmissão e quantidade de mortes, a epidemia foi instaurada. Por isso a sociedade reconhece parcela da realidade, volta seu olhar e passa a identificar e reconhecer grupo de cidadãos.

Para além disso, ali nascia a possibilidade de identidade de gênero, como se a homossexualidade não fosse tão antiga quanto a humanidade. Assim também ocorre com a palavra. Quando uma ideia surge em pensamento, a seguir ganha forma, transforma-se em palavra ao ser articulada, passa a existir e reproduzir sentidos e significados. Logo, a palavra não existe vazia de significados e de

ideologias. Talvez isso possa explicar fenômenos como os recentemente verificados em sociedade a exemplo da violência simbólica, exacerbada em discursos de ódio.

Outro pensador contemporâneo que muito contribui à discussão é Peter Burke. Como estudioso da história das mentalidades, o historiador reflete sobre o impacto do conhecimento e da informação sobre o ser humano atual. Neste sentido, acrescenta às pesquisas em Foucault ao referir sobre o "saber o porquê" para o "saber como":

Hoje, a humanidade pode saber mais do que já souberem outra era, mas esse não é o caso dos indivíduos. Os indivíduos de hoje não sabem mais, sabem apenas coisas diferentes do que outros souberam no passado (BURKE, 2018)

1.6. O Encarceramento das Mentalidades e a Cristalização das Estruturas

Pensar a família que resultou da teia de domínios de saber-poder representa escolher o ponto de vista do discurso, das narrativas, das linguagens. Neste sentido, Foucault esclarece que:

As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer novas formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto (FOUCAULT, 1999, p.8).

Por outra análise, a subjetividade desafia a recepção e a compreensão na perspectiva das relações simbólicas. Isto é, a linguagem como estrutura se modifica à mercê do contexto, porque não é perecível nem estática. Por isso, como ferramenta de batalha, a linguagem precisa ser usada a partir complexa rede de conhecimentos que representam as estruturas constitutivas do homem e da mulher modernos.

Para Maffesoli, as pesquisas de vários pensadores do século XX sofreram o impacto das ideias foucaultianas. Essa inspiração aponta um lento processo de "curialização" (grifo do autor, 2000, p.45). Leia-se curialização como refreamento das pulsões, demarcações de uma zona do permitido por que consolida o medo da degradação social. Logo, apresenta características "de domesticação dos costumes que desembocou na constituição 'do' (grifo do autor) social, isto é, de um estar-junto singularmente mecanizado, perfeitamente previsível e essencialmente racionalizado (MAFFESOLI, 2000, p.46). O sociólogo alerta para o nascimento de um estar no mundo que autoriza uma série de dispositivos que perpetuam estruturas materiais de convívio em sociedade:

Tal processo presidiu o nascimento de uma família cristalizada na estrutura nuclear, o que permitiu a *mise au travail*⁵ e engendrou as grandes instituições educativas, as do trabalho social, sem esquecer a da saúde e dos di-

⁵Do francês, *mise au travail* significa colocar para trabalhar.

versos "encarceramentos" (grifo do autor) que marcaram os séculos XIX e XX (Ibidem).

Chartier corrobora que "Atualmente, quando se faz história - a história das ideias, do conhecimento ou simplesmente história - atemo-nos a esse sujeito do conhecimento, a este sujeito da representação, como ponto de origem a partir do qual o conhecimento é possível" (Ibidem). Neste sentido, parte-se desse pressuposto para a próxima etapa da monografia.

O capítulo 3 pretende construir o perfil da mulher moderna que representa inúmeros papéis para dar conta da vida pessoal e da pública. Às vezes, ela tem tripla jornada, ainda assim, a sociedade lhe cobra excelência. Para tanto precisa trabalhar dentro e fora de casa, estudar, cuidar de si e dos outros, tudo a partir de um paradigma constituído por subjetivações na era patriarcal e capitalista.

2. CORPOS INDÓCEIS

Neste capítulo, o recorte da pesquisa monográfica se debruça sobre a análise da mulher moderna do ponto de vista material. Isto é, apresentam-se pesquisas e estatísticas das últimas cinco décadas que além de corroborar a participação da mulher nas estruturas estruturantes da sociedade, também dizem muito naquilo que escondem. Para além disso, não se desconsiderou a análise ideológica da mulher moderna nem a importância do movimento feminista. Estes ideais são fundamentais para que elas tivessem desejo e, posteriormente, coragem de vencer a alienação social ao se libertarem dos grilhões da invisibilidade social.

Para tanto, analisa-se a representação e a subjetivação da mulher moderna para reconstituí-la sob o contexto discursivo através de pesquisas materiais. Assim, apresentam-se estatísticas que compõem uma perspectiva da atuação delas no mundo social. Visa-se à compreensão das subjetividades femininas a partir de sua representação social por que fundamentam a complexidade de discursos, de narrativas, de conquistas, de barreiras, enfim, das lutas que a mulher moderna ajuda a fomentar e, ao mesmo tempo, delas se torna refém. Portanto, pressupõe-se convidar ao debate sobre esses dados materiais que, claramente, expõem as estruturas estruturantes sociais e, a partir disso, tentar desenhar o perfil dessa nova mulher.

Assim, o recorte temporal que pauta a discussão na pesquisa refere à sociedade moderna pela ótica feminina desde 1970 até a terceira década do século XXI. A chegada do método popular de contracepção permite o surgimento da nova mulher que trabalha, estuda, vota, comanda, joga futebol, educa, opera, julga. Essas revoluções transformam a família brasileira, profundamente, e produzem bastantes consequências.

Assim, retoma-se Foucault quando argumenta que o homem moderno nasce há pouco mais de dois séculos, pleno de subjetividades e, aparentemente, liberto de sujeições. Isto é, não corresponde àquele que se submetia a um senhor. Tão pouco este novo homem resulta da evolução natural daquele, descrito pela arte trovadoresca que insinua essa transformação quando canta a história de Alguém, Ninguém, Qualquer Um e Todo Mundo⁶ das Cantigas de Cavalaria.

Esta é uma história sobre quatro pessoas: Todo Mundo, Alguém, Qualquer Um e Ninguém. Havia um importante trabalho a ser feito, e Todo Mundo tinha certeza que Alguém o faria. Qualquer Um poderia tê-lo feito, mas Ninguém fez. Alguém se zangou porque era um trabalho de Todo Mundo.

⁶As cantigas são textos poéticos do Trovadorismo. Classificam-se em cantigas de amor, de amigo, de maldizer. Esta canção não é atribuída a nenhum autor. Disponível a <http://www.todamateria.com.br>, acesso 01.05.23, às 14h43min

Todo Mundo pensou que Qualquer Um poderia fazê-lo, mas Ninguém imaginou que Todo Mundo deixasse de fazê-lo. No final Todo Mundo culpou Alguém porque Ninguém fez o que Qualquer Um poderia ter feito (CANTIGAS TROVADORESCAS, 2023).

Na metáfora dessa crônica, o eu lírico aparece substantivado pelo pronome indefinido. Isto é, ao indefinir um nome, não se denomina esse homem, desqualifica-o. Enfim, a expressão artística literária reveste-se da subjetivação naquele tempo e naquele lugar. Aliás, esse é o objetivo da arte que sempre antecipa valores culturais e convida à reflexão sobre mazelas e conquistas da sociedade. Dessa maneira, observa-se na literatura e na história que o sujeito medieval era tão desprovido de identidade qual todo homem que já viveu escravo de outro homem: ali não tinha direito nem mesmo a nome. Logo, aquilo que não é possível denominar, atribuir-lhe um nome, ou é invisível ou não existe.

2.1. Rainhas do Lar

Da mesma forma como o homem moderno, a mulher moderna também é construto recente da sociedade. Para assumir seu novo agir no mundo graças aos domínios do saber, ela deixa os bastidores da história há menos de cinco décadas. Ela também não resulta da evolução sociocultural de antecessoras femininas, porque suas referências são condicionadas à manutenção de subjetivações da família patriarcal. Aliás, há bastante pouco registro histórico delas uma vez que não serviam de paradigma à sociedade. Há um século, raros nomes femininos constavam às listas de artistas, escritoras, cientistas e pensadoras ou das análises sociológicas, filosóficas e históricas. Por isso, a mulher moderna é jovem e constrói sua genealogia a partir de subjetividades e discursos, permeados de ecos pós-medievais nos quais elas se constituíam em "fornos de gente"⁷, portanto, absolutamente descartáveis ou invisíveis.

As representações femininas alicerçavam-se a partir do espaço doméstico, no qual se denominavam as rainhas do lar. Clichês, como menino brinca na garagem ou na rua; menina, na casa toda, atribuíam-lhes responsabilidades domésticas para se transformarem em boas donas de casa e reproduzirem a vocação de suas mães e avós. Assim, havia a manutenção da ordem natural da mulher em sociedade: nascer como irmãs, crescer como meninas, vestirem-se de rosa, casar como a mãe, amar e se doar pelo restante da vida.

Para além da educação doméstica, outras estruturas estruturantes definiam como esses corpos femininos deviam ser docilizados a partir inclusive do programa da escola de educação fundamental. Numa sociedade carregada de subjetivações religiosas judaico cristãs, a escola representa o primeiro ensaio para a vida social no qual o papel da mulher restringe-se a serem donas de casa.

⁷Fornos de gente se constitui em licença poética, cunhado pela pesquisadora.

Naquele ambiente escolar, a grade curricular percorria da gramática às técnicas domésticas nas quais eram ensinadas o bordado e costura⁸. O discurso reforçava a importância de saber fazer para poder mandar, que submetia as meninas a subjetivações em que as amélias, as mulheres de verdade⁹ por conta de suas personalidades submissas e pacientes, deviam sair da escola aptas a cuidar do lar, nos quais reinariam absolutas.

O filósofo do saber-poder alerta sobre este tipo de construção simbólica e de mecanismos de controle e de adestramento. Então, uma escola que se atribui a missão de ensinar a ter excelência nas prendas domésticas deixa de se ocupar de que tipo de educação? Ou seja, compreender o perfil de saída das alunas ao encaminhá-las para o mundo social aptas apenas a cuidar da casa pode explicar a atuação desses corpos ainda hoje quando aceitam o mesmo trabalho que o dos homens, mas ganham menores salários, mesmo quando as chefes são elas.

Para além desse aspecto, os estudos de Foucault refletem sobre como as estruturas sociais exercem controle e vigilância, mediante a estratificação permanente, conceito sociológico que permite classificar e analisar a mobilidade social do indivíduo: "O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história" (FOUCAULT, 1999, p.8).

2.1.1. Mulher da Pílula

As mulheres enfrentavam um obstáculo quase intransponível à época: famílias enormes para atender e educar. Assim, apesar da educação infantil dar passos pueris desde os anos 1880, as poucas creches que existiam na década de 70 se destinavam aos bebês de mães trabalhadoras das classes operárias. Somente a partir da Constituição Federal de 1988, a educação da criança na primeira infância foi assegurada. Logo, a verdadeira possibilidade de a mulher trabalhar fora de casa ou estudar dependia, necessariamente, do controle da concepção.

⁸A disciplina de Técnicas Domésticas nas escolas da zona rural aconteciam com a chegada de caminhão com equipamentos para contabilidade (máquinas de escrever), para as domésticas (máquinas de costura, fogão a gas), para as agrícolas (ferramentas e máquinas para plantio), junto vinham também os professores e professoras. Depoimento da professora aposentada Angelita Bourdignon de Alegrete RS, a 06.05.23 às 14h, via wastsap.

⁹A música "Ai, que saudade de Amélia", 1942, de Ataulfo Alves homenageia a empregada doméstica de Aracy de Almeida.

Neste contexto, a pílula anticoncepcional¹⁰ chega às farmácias na década de 1970 e transforma a trajetória da família brasileira. Ao escolher o seu tempo para engravidar, a mulher assume papel fundamental às estruturas econômico-sociais da família moderna. Enfim, donas de seus corpos, algumas partem para o mercado de trabalho, principalmente, o da prestação de serviços. Outras perseguem o sonho dos requisitos escolares e completam sua educação básica. Para além disso, as mais entusiásticas chegam aos bancos acadêmicos e iniciam uma revolução na sociedade patriarcal.

2.1.2. A Professorinha e Elas de Jaleco

À época dos anos 70, duas profissões serviam como opções naturais às donas de casa: o trabalho doméstico e o magistério. As primeiras turmas de ensino médio com habilitação magistério são, em sua maioria, de meninas. Vocacionadas à educação desde sempre, a professora continua a cuidar de seus filhos e a ensinar os de outras mulheres ainda no século XXI.

De acordo com o Ministério da Educação MEC 2021, a maioria na docência e gestão de educação são mulheres. Dos quase 2.316.000 profissionais na educação, 79,2% são professoras. Nessa profissão, observa-se que a mulher perde força de trabalho exatamente onde os salários são melhores: no ensino superior, corroborando a desigualdade salarial que marca a história da trabalhadora. A tabela 01 a seguir apresenta o número de professoras em atuação desde a educação infantil à educação superior.

Tabela 01 - Professorinhas

	Mulheres	Homens
Educação Infantil	97 %	3 %
Ensino Fundamental	78 %	22 %
Ensino Médio	58 %	42 %
Ensino Superior	47 %	53 %

Fonte Ministério da Educação MEC 2021

Para além disso, elas estudam mais em relação a eles, pois o percentual dos alunos matriculados no ensino médio corresponde a 53,7% de alunas e 46,3% de alunos. Esse número também cresce ao considerar a cor, porque mulheres autodefinidas brancas chegam à conclusão do ensino médio em 57% na relação a 43% dos homens. Contudo, esse número mascara a realidade de um Brasil no qual mais da metade das pessoas com 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio, de acordo com Ministério da Educação, MEC.

¹⁰Jornal do Brasil, em 1972, publica o artigo "A Velha Pílula", dois anos após ter sido aprovada nos Estados Unidos pelo FDA à pílula chamada ENOVID, produzida pelo laboratório Searle.

Nos últimos 50 anos, as mulheres ganham espaço no mundo do trabalho, na academia e na igreja, entre outros. O Censo da Educação Superior 2021 registra quase 9.000.000 de estudantes, dos quais 58% são mulheres, somando perto de 5.250.000. Dados da Capes também revelam que 54% das estudantes de pós-graduação são mulheres. Dos 405 mil alunos de mestrado, 221 mil vagas pertencem a elas. Materialmente, a estatística corrobora que a nova mulher estuda, pois busca sua capacitação na escola e na academia. Logo, a sociedade patriarcal e capitalista precisa perceber que as amarras culturais estão sendo rompidas por que elas decidiram estudar e trabalhar. Agora, a mulher necessita refletir e debater sobre em qual mundo social quer escrever sua história.

Para além do ensino médio, a mulher moderna frequenta a universidade que privilegia filhas de classes abastadas no Brasil. Pesquisas demonstram a trajetória delas na busca pelo diploma à carreira mais desejada nas universidades: a medicina. O país tem 353 faculdades de medicina, com curso de seis anos e carga horária regular de 40 horas semanais, por isso, adequado à dedicação exclusiva da estudante. Além da clínica médica, a maioria dos médicos e médicas ainda se dedicam integralmente a especializações de 2 a 6 anos após a graduação, com dedicação de 60 a 100 horas semanais nos hospitais escolas. Logo, a formação médica pode chegar a dez anos, com custo aproximado de R\$ 700.000,00, caso seja cumprida em faculdades particulares.

Na próxima tabela, verifica-se a trajetória dos profissionais da medicina no país, que registra o crescimento da participação da mulher nos bancos da academia médica desde os anos 70 até a segunda década do século XXI.

Tabela 02 - Elas de Jaleco

Ano	Feminino	%	Masculino	%
1970	9.341	15,8	49.653	84,2
1980	32.239	23,5	105.108	76,5
1990	67.483	30,8	151.601	69,2
2000	104.554	35,8	187.372	64,2
2010	145.568	39,9	219.189	60,1
2020	222.942	46,6	255.040	53,4

Fonte Demografia Médica no Brasil 2020

A tabela 02 ressalta que, em 1970, apenas 15,8% dos médicos no país eram mulheres; enquanto os homens, 84,2%. Já em 2020, o número de mulheres médicas equivale a 46,6%. Assim, observa-se o crescimento exponencial delas na academia médica, em 50 anos, que multiplicaram mais de 2.400% sua presença nos bancos das faculdades. Na terceira década do século XXI, o número soma quase 223 mil mulheres médicas no Brasil. Além do aumento irrefutável delas nos bancos da academia, entre 2014 e 2017, a produção científica no país publicou aproximadamente 53,3 mil artigos. As mulheres pesquisadoras assinam 72% desses textos.

2.2. Mulher dos Anos 90

Ventos de igualdade entre os gêneros sopram à época da Constituinte, da promulgação da Constituição Federal de 1988 e das ações afirmativas de política de direitos das minorias que viram pauta. Naquela época, a prole da mulher trabalhadora era acompanhada por três apresentadoras loiras de programação infantil nas manhãs da tevê brasileira. A melhor babá possível chegava à casa das telespectadoras em trajes brilhantes de praia que emolduravam corpos, perfeitamente, esquilidos e brancos. Em consequência disso, ser loura, magra e muito, muito alva passa a se constituir em ideal no horizonte de expectativa da mulher que também ascende na cadeia de consumo. Elas descobrem que é possível consumir feminilidades e transformar seus corpos. Assim, comprar protetor solar em catálogo da Avon torna-se demonstração de autoestima obrigatória. Milhares dessas revistas frequentavam a casa de todas as famílias para introjetar o apelo do consumo moderno: *consume sempre, compre conforto, compre da Avon e permaneça nova*¹¹.

Neste sentido, a expressão *avalanche de consenso*¹² explica a construção de subjetivações que constituem essa nova mulher através de discursos subliminares. Para ser feliz, importa ser magra, loira, branca e tudo isso se compra, se consome, se adquire. Bem como demonstra Foucault ao estudar essas cadeias de costumes que mantêm a sociedade controlada.

Em toda sociedade a produção de discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8).

2.2.1. Eleitoras e Chefes de Casa

Por outro aspecto, a mulher também demorou a acessar outro determinado discurso. Em relação sufrágio, o Decreto 21.076 que permite o voto da mulher nasce somente a 1932, como "fruto de um intenso movimento das mulheres iniciado em 1919, conhecido como movimento sufragista" (OLIVEIRA, 2013, p.5). Na década de 30, o voto feminino é facultativo e só passa a ser obrigatório em 1965. Apesar disso, a participação da mulher no processo legislativo ainda é minoria. Alguns números traduzem a lenta trajetória à conquista desse direito à cidadã, na tabela 03.

Tabela 03 - Eleitoras

¹¹A marca Avon pode se lida de trás pra frente e refere ao adjetivo nova cuja subjetivação define que o ideal consagra juventude e a aparência a qualquer custo. Isto é, beleza na sociedade do consumo também se compra.

¹²Executivo da Olivetti, Gianroberto Casaleggio forjou a expressão *avalanche de consenso* quando estudou os fenômenos dos fóruns on line, antes dos blogs. Disponível em @Meio, acesso 19.04.23 às 21h51min

Ano	Feminino	%	Masculino	%
1988	37.158.744	49,01	38.305.256	50,50
1990	41.082.440	49,01	42.400.684	50,50
2000	55.437.428	50,48	54.152.464	49,30
2010	70.289.789	51,86	65.101.937	48,03
2020	77.014.093	52,76	68.910.215	47,21

Fonte Senso Eleitoral 1988, 1990, 2000, 2010, 2020.

Há quase noventa anos a mulher alcança o direito ao voto, entretanto, foi preciso a Emenda Constitucional 117/2022 estabelecer a cota de 30% para candidaturas femininas, enquanto a dos homens fica a 70%, para garantir que todos os partidos apresentassem candidatas no pleito de 2022. Neste sentido, a Constituição Federal desde 1988 através do caput do Artigo 5º defende que "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e propriedade". Portanto, o princípio da igualdade nasce para regular a igualdade de direitos e deveres entre os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

Então, a Emenda Constitucional que garante somente 30% à participação da mulher no mundo da política apresenta violação ao princípio da igualdade, conforme a Constituição Federal. Além disso, as ações afirmativas e a reforma político-eleitoral emancipatória pouco contribuíram para aumentar o número de mulheres eleitas, que não se aproxima à metade dos homens eleitos. Embora haja a preocupação de fomentar ações afirmativas, leis como a do coeficiente de candidaturas da mulher representam um psicopoder que corrobora subjetivações impregnadas de ideais patriarcais.

Essa lei funciona como um pseudo poder às mulheres, entretanto só a candidatura não garante que elas cheguem ao cargo, uma vez que as demais estruturas estruturantes privilegiam o voto na legenda. Assim, os partidos cumpriram a determinação da lei, mas não fomentam a participação efetiva delas na política atual. Por isso, a bancada feminina na Câmara dos Deputados soma apenas 91 mulheres das 513 cadeiras e 10 senadoras dentre as 81 vagas do Senado desde as eleições de 2022.

Além da representação de 26 mulheres dentre os 590 parlamentares na Assembleia Constituinte, já houve uma presidenta democraticamente eleita no país e há duas ministras no Supremo Tribunal Federal. Fato relevante ao se considerar que as mulheres representam quase 53% do eleitorado, isto é, elas somam 10 milhões de votos a mais do que eles. Logo, a participação delas nas urnas é fundamental para eleição a qualquer cargo. Por isso, apesar de serem a maioria dentre os eleitores, importa considerar a evidência de que mulher não vota em mulher e elege, sistematicamente, homens à maioria dos cargos públicos.

Por outro aspecto, em 1950, 12% dos lares são mantidos pelas chefes de casa. Em 2000, o percentual cresce para 26%; a seguir 35%, em 2009, que representa mais que o dobro nos lares em que a mulher é responsável pelo sustento da família. Contudo, a Pesquisa do DIEESE¹³ demonstra que o número de mulheres que chefia lares cresce a 48%, em 2023. Assim, fica visível, materialmente, a participação econômica delas para o sustento da família nas últimas cinco décadas.

Além disso, o IBGE registra que quase 10 milhões de mulheres assumiram o posto de chefe de família, entre 2014 e 2019. Número mais que dobra ao se considerarem lares de baixa renda, nos quais 20,65 milhões de casas têm as mulheres como responsáveis pela economia doméstica. Portanto, em 81,69% dos lares de baixa renda, elas representam as provedoras principais da família.

2.3. Epidemia de Violência

A possibilidade de estudar e trabalhar, todavia, não conseguiu resolver um dos maiores problemas sociais do Brasil: violência doméstica. A cada 6 horas, uma mulher é morta no país de acordo com a Agência Brasil em março de 2023. Se forem considerados outros tipos de violência, a manchete aponta "No Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas" (FERREIRA, 2023).

Além disso, o relatório Visível Invisível descreve a vitimização da mulher do século XXI ao levantar os dados do que define como epidemia da violência. Segundo a pesquisa, 33,4% das brasileiras com 16 anos ou mais sofreram violência psíquica e/ou sexual por parte de seu parceiro íntimo. Número bastante superior à média global de 27% de acordo com a Organização Mundial da Saúde, OMS.

2.3.1. Encarceradas

No mesmo sentido, o Brasil tem a terceira maior população carcerária feminina do mundo, segundo a CNN. Em relação à população carcerária total, o número de mulheres cresceu 656% em dez anos, ao passo que o dos homens subiu 293% no mesmo período, como se observa na tabela 04 abaixo.

Tabela 04 - Encarceradas

Ano	Mulheres	%	Homens	%
2000	10112	4,3	240000	95,7

¹³DIEESE corresponde à sigla do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, criado em 1955 para desenvolver pesquisas que subsidiem as demandas dos trabalhadores.

2010	34807	7,4	496000	92,6
2022	27547	4,29	615091	95,71

Fonte DEPEN Ministério da Justiça 2000, SENAPPEN 2022.

Conforme o DEPEN Ministério da Justiça em 2000, 95,7% da população prisional eram homens e 4,3% mulheres em 2000. Enquanto em 2010, a população masculina representava 92,6% e a feminina 7,4%. Logo, o número de presos registra de 106%, entretanto, em relação à população prisional feminina, o aumento foi de 261% no mesmo período.

O relatório da Pastoral Carcerária Conectas Direitos Humanos apresenta algumas das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres privadas de liberdade em presídios femininos. No Brasil, há 508 unidades prisionais com mulheres encarceradas, destas somente 58 são, exclusivamente, femininas e 450 são compartilhadas entre homens e mulheres. Elas são somente 7% da população prisional, porém representam 13% das pessoas presas em unidades da polícia, o que geralmente corresponde a risco maior de tortura, menos acesso à assistência médica, condições insalubres, falta de recursos para limpeza e higiene pessoal.

Conforme a Pastoral Carcerária, o número de encarceradas aumentou a partir da Lei 11.343/2006, lei de drogas. Esse ordenamento possibilita a determinação pelo juiz de tratamento a dependentes químicos, em vez de pena privativa de liberdade. Contudo, a grande maioria dos acusados permanece encarcerada, porque faltam opções de tratamento e critérios claros para o enquadramento como traficante ou usuário no texto da lei. Entre 2007 e 2010, o número de presos por tráfico de entorpecentes aumentou 62%. Entre os presos é de 22,6%, enquanto sobe a 64,7% às presas. Além disso, o Relatório da Pastoral Carcerária elenca alguns exemplos de irregularidades que as presas sofrem dentro do sistema prisional brasileiro:

- Em Porto Velho, Rondônia, 90% das mulheres estão presas por tráfico de drogas.
- Mais de 250 detentas de um presídio paulista participaram de uma pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Coordenado pela equipe de Leila Strazza, o estudo mostrou que cerca de 70% delas usavam alguma droga ilícita, principalmente, maconha, cocaína e crack.
- Um estudo recente no estado do Rio de Janeiro realizado pelo serviço de saúde pública indica que para cada ano que uma pessoa permanece na prisão, a chance de usar cocaína aumenta 13%.¹⁴
- Em janeiro de 2010, o jornal –O Liberall do Pará publicou um artigo declarando que –o índice de mulheres presas em Belém por associação ao tráfico de drogas em 2009 cresceu 98% em relação ao ano anterior!¹⁵.

¹⁴CARVALHO, Márcia Lazaro. Modelo preditivo do uso de cocaína em prisões do Estado do Rio de Janeiro. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 5, out. 2005.

□ Dois delegados de polícia no norte do país fizeram as seguintes declarações: –originalmente, o consumo e o tráfico de drogas têm nas suas origens problemas de ordem social e –a principal justificativa das mulheres flagranteadas é que o dinheiro da venda das drogas ajuda na renda familiar da casal.

A pesquisa *Visível Invisível: a Vitimização da Mulher no Brasil 2023* também aponta importantes recursos para pensar a violência contra a mulher. Embora muitos dados tenham sido colhidos durante a pandemia da Covid, materialmente, podem justificar ações de afirmativas, corroboradas pelo insipiente ordenamento jurídico brasileiro em proteção à mulher. Neste sentido, os estudos de Foucault contribuem com:

Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, (...) não pode falar qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (FOUCAULT, 2014, p.9).

Argumento traz luz à forma como o ordenamento jurídico brasileiro em proteção à mulher moderna cresceu à medida que passaram a reivindicar visibilidade social. Isto é, elas também a passam a produzir subjetividades, muitas vezes, carregadas de desigualdade, de preconceito, de violência uma vez que disputam entre si, a partir de seu universo social, educacional e político a autonomia diante dos diferentes discursos femininos.

Seguramente, há uma luta pelo direito de falar inclusive no universo feminino. Ou seja, muitas vezes a mulher critica outra em defesa de seu próprio discurso misógeno, uma vez que não é incomum lhe observar desqualificando outra com os mesmos rótulos que sempre repudiou. Tudo isso por que a nova mulher repercute a educação que ressoa conceitos e preconceitos marcados pela ótica da sujeição patriarcalista. Logo, a mulher moderna reitera discursos carregados de ideologias judaico-cristãs que subalternizam corpos invisíveis, quer sejam femininos ou não.

Por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder (...) O não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta. o poder do qual nos queremos apoderar. (Ibidem)

A exemplo disso, a sociedade pauta o discurso revelador da subjetivação subliminar para corpos docilizados e alienados. Mascarada de propósito pedagógico de proteção, a mídia de 2023 refere à pseudopreocupação com a violência excessiva contra a mulher no Dia Internacional da Mulher. A tevê veiculou propaganda em que elenca leis nas quais o legislador foi provocado a pensar formas de proteção delas. A ideia central do comercial anuncia que "Esse direito é nosso! De todas nós" que precede a apresentação de rol de leis: Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006, Lei do Acompanhante - Lei 8.080/1990, Lei do Voto Feminino - Lei 21.076/1932, Lei Carolina Dieckmann - Lei

¹⁵BLANCO, Pedro Paulo. O Liberal Digital. Mulheres Assumem Tráfico em Belém. Disponível em <http://www.orm-com.br/oliberal>.

12.737/2012, Lei Joana Maranhão - Lei 12.650/2012, Lei da Importunação Brasileira - Lei 13.718/2018, seguido da explicação a que cada lei refere e quem protege.

Nessa propaganda, a ideia de sororidade apresenta-se desde os diferentes tipos de mulheres que falam, em suas cores, em seus biotipos. Todas as atrizes ajudam a dar credibilidade ao discurso, pois têm lugar de fala. Tudo isso sem esclarecer que o ordenamento jurídico é a remédio à doença social que a sociologia diagnosticou. Isto é, Qualquer Uma pariu Alguém, que foi educado por Ninguém e hoje agride, rouba, ofende, injúria, atropela, estupra e vicia a Todo Mundo.

2.3.2. Refúgio pouco Seguro

Enquanto isso, a pesquisa Visível Invisível 2023 também indica que, em média, 27,6 milhões de mulheres sofreram alguma forma de violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida no Brasil. Nos últimos 12 meses, 28,9% das mulheres relatam ser vítima de violência ou agressão. Dentre as formas de violência, as mais frequentes foram as ofensas verbais, com 23,1%; perseguição, com 13,5%; ameaças, com 12,4%; agressão física como chutes, socos e empurrões, com 11,6%; ofensas sexuais, com 9%; espancamento ou tentativa de estrangulamento, com 5,4%; ameaça com faca ou arma de fogo, com 5,1%; lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado, com 4,2%; e esfaqueamento ou tiro, com prevalência de 1,6%.

Além disso, armas de fogo e violência doméstica, quando não letal, gera lesões graves e incapacitantes. No Brasil, a arma de fogo é o principal instrumento de homicídios e reconhecido fator de risco ao feminicídio. Inclusive Lei Maria da Penha prevê a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor ao constatar a violência doméstica.

Nos últimos anos, o país teve recorde de registros de armas de fogo. O crescimento da circulação pode estar associado ao aumento das ameaças com uso de armas de fogo. Em 2021, a prevalência de 3,1% chega a 5,1% na pesquisa mais recente. A população feminina ameaçada com armas brancas e de fogo soma 2.199.388 em 2021, e cresce a 3.303.315 em 2022.

Com base em registros administrativos da segurança pública e da saúde, 29,9% das mulheres negras apresentaram níveis de vitimização mais elevados do que as brancas, com 26,3%. A violência ocorre em casa de todos os perfis socioeconômicos. Entretanto, à medida que aumenta a renda familiar mensal, diminui a prevalência de violência. Mulheres com renda de mais de 10 salários- mínimos registram níveis de 22,6% de violência. Já 31,2% das com renda mensal de até 2 salários- mínimos sofreram violência, 28,4% entre 2 e 5 salários, 27,4% entre 5 e 10 salários. As agressões

físicas (13,8%) e espancamentos (7,7%) são mais frequentes entre as com renda de até 2 salários-mínimos. Por isso, a residência é um refúgio pouco seguro, pois se transformou em o principal palco às violências, inclusive a mais grave: a letal. Conforme o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, 65,6% dos feminicídios ocorreram nas residências. Além disso, 53,8% das agressões graves a mulheres nos últimos 12 meses aconteceram dentro de suas casas.

Outro dado material relevante aponta, segundo o IBGE, que há mais mulheres do que homens no Brasil hoje. A pirâmide etária registra a população masculina jovem com pequena evolução em relação à feminina, pois nascem mais meninos do que meninas no país. Nos grupos de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, há a seguinte proporção: 104,8 e 104,7 homens pra cada 100 mulheres, respectivamente. Entretanto, a proporção de mulheres é superior aos homens nos grupos a partir dos 30 anos: 29,5% feminino para 26,6% masculino. Além disso, o número de mulheres continua a crescer ao se considerar a faixa dos 60 anos. Nesse caso, a proporção resulta 78,8 homens para cada 100 mulheres.

2.4. Mulher no Século XXI

Enfim, as análises materiais a partir de pesquisas mostram as conquistas da nova mulher e definem-na com qualidade, uma vez que estudou, gradou-se, preparou-se para o mercado de trabalho, cumulado à missão de cuidar e manter a família, a qual comanda e sustenta responsabilmente. Exemplifica-se que no programa federal Minha casa minha vida, em caso de divórcio ou dissolução da união estável, o imóvel fica, obrigatoriamente, em nome da mulher se tiver a guarda dos filhos.

Para além de toda a sorte de barreiras, elas estão presentes na esfera da estrutura estruturante da sociedade atual. Atuam em profissões que cuidam, protegem, ensinam, pastoreiam e conduzem, entre outras. Se a maioria da população brasileira é mulher, negra, arrimo de família e estudou mais do ele, a reflexão sobre o porquê de ela votar e não ser votada, de graduar-se e ainda receber menos sob as mesmas condições das masculinas, de ocupar o lugar do marido ou do companheiro na logística do crime torna-se fundamental.

Além disso, talvez o mais importante nessa reflexão seja a compreensão da cota de responsabilidade dessa nova mulher na construção meninos e meninas mais agressivos e violentos, uma vez que a análise material aponta o quanto a violência aumentou. Sociologicamente, o discurso delas impacta o modo de agir da família, por que repercute a ideologia firmada numa crença judaico-cristã de modelos patriarcais. Por isso, o diálogo sobre construção de uma genealogia da mulher moderna a

partir da revolução social que elas protagonizam nestas últimas cinco décadas possa suscitar a ruptura com padrões ultrapassados dos quais ainda são marionetes.

De acordo com Chartier "A história como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente;" (2020, p.15). Isto é, a nova mulher precisa revisitar sua construção discursiva, que expõe suas subjetivações. Retirar dali dispositivos de ecos que mantêm, subliminarmente, subjetividades de cunho religioso, ideológico, pedagógico, sociológico, filosófico de um tempo que não é mais o seu. Ou seja, desengravidar-se¹⁶ de estruturas discursivas que dão à luz a discriminação e a violência simbólicas.

Logo, a nova mulher necessita analisar profundamente aspectos contidos em suas subjetivações e representações, para abandonar as rotinas constantes de competição e perseguição de modelo não ideal físico, emocional e social. Essa obrigação de vencer pode produzir uma sociedade bastante competitiva e mais violenta. Então, considerar esse aspecto pode levar a mulher à compreensão dos gatilhos que reproduz em sociedade.

Para além disso, a solução da violência social passa pelo diálogo sobre a perspectiva dos papéis da mulher e do homem, uma vez que violência doméstica aumenta à mesma medida em que elas ganham o mundo social, do qual as figuras masculinas cedem lugar como algozes, conforme os números registram na análise material exposta na pesquisa. Isto é, elas saíram de casa para trabalhar e algumas também foram para o crime. Há visível descompasso entre os discursos e a prática destes. Tome-se por exemplo a necessidade de que ordenamento interviesse propondo lei para proteção à mulher grávida em atendimento em estrutura da Saúde, área na qual sete de cada dez¹⁷ atendentes é mulher. Esse ordenamento garante que elas estejam sempre acompanhadas ao serem atendidas por outras mulheres. Considerando que legislador se propõe a mediar um conflito social sempre que há um clamor, é fundamental perceber que elas são vítimas e algozes nessa relação. Portanto, urge que a nova mulher reavalie as subjetividades que sustentam sua representação na sociedade em que figura independente econômica e responsabilmente. Isto é, a construção de um novo o discurso implica que a mulher se ressignifique, perceba-se capaz do exercício constante da sororidade e da alteridade, assuma a responsabilidade de seu lugar no seu tempo que é o agora.

A história das ideias corrobora o que a análise material da pesquisa aponta: elas estão em maior quantidade, por isso suas responsabilidades também aumentaram frente às consequências e aos

¹⁶Neologismo da pesquisadora a partir do verbo engravidar.

¹⁷De acordo com o Ministério da Saúde, existem mais de 2.710.000 profissionais da enfermagem, entre auxiliares, técnicos e enfermeiros. Disponível em <https://fasig.com.br>, às 13h30min de 26.06.23. e Segundo o COFEN, sete em cada dez são mulheres dos profissionais da enfermagem. Disponível em <https://www.cofen.gov.br>, às 13h12min de 26.06.23.

problemas da vida moderna. Então, cabe à nova mulher a pavimentação da ruptura de modelos que alicerçam ainda hoje as relações familiares, sociais e fraternais. Ao se considerarem cidadãs, trabalhadores, mães e mulheres da era pós-medieval, elas não tinham paradigmas e seus modelos de comportamento seguiram a mesma estrutura estruturante que as transformou em corpos invisíveis por mais de dois milênios, como a história factual e a da mentalidade comprovam. Por isso, necessário construir um diálogo sobre essas subjetivações e representações do feminino na sociedade atual. Ao assumir suas responsabilidades de acordo com sua participação efetiva, a mulher inteligentemente dará mais um passo certo rumo à construção de um pacto social mais justo e pacífico.

Neste sentido, o fragmento do poema *Dispersão* de Mário de Sá Carneiro parece convidar a observar a representação da nova mulher quando diz:

Perdi-me dentro de mim,
 Porque eu era labirinto
 E hoje, quando me sinto.
 É com saudades de mim.
 Não sinto o espaço que encerro.
 Nem as linhas que protejo:
 Se me olho a um espelho, erro
 Não me acho no que projeto.¹⁸

Assim, o próximo capítulo da pesquisa se constitui em análise de caso, em que a mulher sofreu violência doméstica física e psicológica, resultando em divórcio e pedido de anulação do casamento religioso. O percurso da análise pontua o ordenamento jurídico e o religioso que sustentam o caso. Além disso, pressupõe-se dialogar com a sociologia e a filosofia para tentar compreender a estrutura discursiva dos protagonistas no corpus em observação.

¹⁸Poema *Dispersão* de Mário de Sá-Carneiro foi um poeta, contista e ficcionista português, um dos grandes expoentes do modernismo em Portugal e um dos mais reputados membros da Geração d'Orpheu.

3. CORPUS EM OBSERVAÇÃO

O século XXI, seguramente, apresenta tempos de sociedade paradoxal. Numa perspectiva, as tecnologias da informação trouxeram solução para inúmeros problemas, todavia a história das ideias já registra o aumento da desigualdade e da violência, característicos de sociedades pouco evoluídas. Neste contexto, homens e mulheres modernos saem para trabalhar, compartilham responsabilidades e objetivos, mas a ruptura social que habita seu lar repercute na família que constroem. Além disso, algumas áreas do conhecimento permanecem em disputa e vários aspectos da civilização reverberam a era feudal, de acordo com pensadores. Nesse ínterim, a população padece de paz.

Na perspectiva das análises foucaultianas, as formas de subjetivações do homem e da mulher modernos partem de solo epistemológico profundo, enraizadas em micropoderes. Isto é,

A genealogia do poder, que se recusa a monotonia de um poder que se exerceria sempre e exclusivamente de forma repressiva e ligada ao aparelho de Estado, faz aparecer uma teia de microrrelações de força com efeitos simultaneamente locais e globais (GOLDMAN et ali, 1999, capa).

Ao diagnosticar o interesse de controlar o poder para além da ciência e da ideologia, Foucault traz à pauta a microfragmentação do poder que se dá entre os iguais e os semelhantes. Para o filósofo do saber-poder, é possível alienar os corpos, atribuindo-lhes o psico poder para lhes controlar e lhes disciplinar. Na dimensão social, o saber representa muito poder que parece ser controlado através do manejo de discursos, carregados de subjetivações que encontram ressonâncias socioculturais.

Desse modo, o corpus em análise nesta monografia para graduação em Direito exemplifica uma das mazelas que a mulher ainda enfrenta: violência física e psicológica dentro de casa que comprou e sustenta. Logo, este capítulo refere-se a pedido de anulação de casamento religioso à Igreja Católica. Importante, portanto, vislumbrar o discurso e a representação da protagonista do corpus em observação como paradigma da nova mulher do terceiro milênio. Maria é graduada duas vezes, tem pós-graduação inclusive, já morou fora do país, empresária, atuante na sociedade e, profundamente, comprometida com valores morais e éticos da fé Católica.

Para salvaguardar a identidade dos personagens em análise, os nomes dos cônjuges e quaisquer dados foram trocados ou eliminados nos documentos que sustentam análise. Já é sofrimento inenarrável o processo de divórcio e de nulidade. Assim, percorre-se agora a trajetória de Maria e João que, seguramente, representam muitas marias invisíveis, vítimas delas mesmas e dos joões, seus maridos, seus pais, seus filhos que multiplicam violências dentro de seus lares.

3.1. Lei Maria da Penha e o Divórcio

O primeiro passo diante da violência a que foi submetida a personagem feminina Maria encontra proteção na Lei 11.340, também conhecida como a Lei Maria da Penha, assinada pelo presidente da República em 2006. Entrou em vigor no mesmo ano. Seu nome serve pra lembrar a violência sofrida por uma mulher cujo marido tentou matá-la duas vezes. Maria da Penha hoje se dedica à causa do combate à violência contra mulheres.

A Lei Maria da Penha tipifica cinco principais abusos contra a mulher: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e a violência psicológica. Apesar de visar à proteção a mulher, a Lei também protege independente de orientação sexual desde que atenda alguns requisitos: relação de intimidade e de afeto entre o agressor e a agredido/a, seja com coabitação ou não. Este ordenamento jurídico serviu de fundamento ao pedido de divórcio da protagonista do estudo.

O Código Civil brasileiro prevê o divórcio a partir da Lei 6.515/1977, que possibilita a dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos. Além disso, a Emenda Constitucional 9/1977 previa que a expressão "o casamento é indissolúvel" foi substituída por "o casamento poderá ser dissolvido desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos", que possibilita o divórcio. Com a dissolução da sociedade matrimonial através do divórcio, o cidadão pode contrair outra sociedade matrimonial. Portanto, a lei do divórcio foi considerada importante avanço social, pois trazia à legalidade relacionamentos desprotegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro antes de 1977.

De outro ponto de vista, o Código Civil brasileiro regula a nulidade do casamento nos artigos 1.556 a 1564, conforme anexo 02. Para o legislador, o casamento pode ser anulado se houver vício de vontade ao consenti-lo, ou se houve erro ou quanto à pessoa. O ordenamento jurídico consagra a legitimidade do casamento a partir da ampla comunhão e compartilhamento de vivências, nas quais a honestidade pauta a união. Quaisquer vícios que possam macular essa relação são previstos e conferem àquele de denunciar comprovadamente recorrer à lei, anulando o matrimônio. Então, o Código Civil baliza a defesa de ato de boa-fé, promovido a partir do respeito à liberdade e aos direitos individuais, logo a união consensual constitui-se em contrato de vontades.

3.2. Declaração de Nulidade Matrimonial

No mundo, existem quase 2.2 bilhões de cristãos que acreditam na Bíblia como discurso de divino. Isto é, o livro contém a palavra sagrada, escrita sob inspiração de Deus. Para os católicos vários sacramentos representam imprescindíveis ao verdadeiro convívio com sua fé: o batismo, o crisma (a confirmação do batismo), a ordenação, entre outros. Dessa forma, o casamento transforma-se em sacramento do matrimônio, durante o qual os cônjuges recebem a bênção e se comprometem a construir uma família.

As Escrituras Sagradas trazem no livro de Gênesis que "O homem deixará seu pai e sua mãe, e se unirá à sua mulher, e serão dois numa só carne". Por isso, o padre afirma que o matrimônio é indissolúvel. Entretanto, o Direito Canônico elenca possibilidades de anulação dele, mediante processo, tal qual ocorre com o Direito Civil. Para tanto existe o Tribunal Eclesiástico Interdiocesano que se constitui em órgão oficial da Igreja Católica para resolver vários assuntos, dentre eles a anulação do casamento religioso. Há 24 anos, Assis cedia um tribunal que presta serviços a oito dioceses do interior paulista para a solução colegiada à luz do Direito Canônico.

Para instaurar o processo de Declaração de Nulidade Matrimonial, alguns documentos e dados são necessários. A entrega corresponde ao primeiro passo e servem para qualificar as partes. O Processúculo Matrimonial corresponde à cópia dos documentos essenciais para o sacramento do matrimônio. Esses documentos permanecem arquivados à igreja na qual ocorreu o matrimônio. Também é necessário entregar cópia do assentamento no livro de casamento.

A segunda parte do processo da declaração de nulidade matrimonial corresponde à construção do histórico dos fatos, entregue em duas cópias. Todas as perguntas do roteiro (anexo 01) devem ser respondidas mediante justificativa. Esta parte do histórico apresenta informações a respeito da parte demandada. Isto é, refere-se contra quem é proposta a nulidade matrimonial.

A partir do histórico de fatos, que precisa conter detalhes suficientes para convencer o Tribunal, são indicadas cinco testemunhas que conheçam os fatos ocorridos antes e depois do casamento para se pronunciarem durante a oitiva. Após a entrega da documentação, o Tribunal faz a análise de acordo com o Código de Direito Canônico e prola sua decisão. O tempo médio para a Declaração de Nulidade Matrimonial pode variar de, no mínimo, seis meses até vários anos, a depender a complexidade de cada situação. Os cânones para referendar a declaração partem do número 1097 ao 1103, no capítulo Nulidades, e Impedimentos do Casamento no Código Canônico. Cada cânone aponta o vício e traz também, sua descrição, conforme anexo 05.

3.3. Corpus Discursivos em Confronto¹⁹

Para Foucault, as subjetivações podem muitas vezes ressoar para além da percepção racional do indivíduo, já que esses discursos se constituem em micropoderes comuns à estrutura social, como forma de controlar os corpos. Por isso, a personagem do caso em análise conduz seu agir no mundo de acordo com a educação cristã, cuja relação entre pecado, purgatório, arrependimento e perdão é importante.

Conforme o histórico dos fatos, anexo 01, o relacionamento do casal foi bastante abusivo e João demonstrou seu comportamento em relação às mulheres já no primeiro encontro:

Ele contou que tinha um filho com ex-namorada. Eles haviam terminado quando a moça o traiu. Discutiram, então, ele a agrediu quando o ofendeu e fez piadas sobre a traição. (...) Entretanto, a maneira como me contava produzia a certeza de tinha sido um fato isolado (...) e jamais faria aquilo novamente.

Maria soube das agressões do seu João à época do namoro:

Nesse tempo, notava algumas atitudes agressivas dele, mas nunca a ponto e encostar em mim.

João praticou violência psicológica contra Maria também durante o noivado:

Decidimos ficar noivos após oito meses de noivado. Isso foi em novembro. Uma semana antes do noivado, chegou estressado com o seu superior e começou a descontar em mim. Falei para não me tratar daquela forma e que eu não tinha nada a ver com a situação. Ele se levantou, começou a gritar comigo e jogou o celular na parede, o celular ficou destruído e abriu um buraco na parede.

Em outra ocasião, Maria fala de sua reação às agressões de João:

Eu explodi e perdi minha paciência. Gritei pra ele sair do quarto porque parecia um demônio. Ele começou a me xingar das piores coisas, como por exemplo de vagabunda e otária.

O esposo usou de violência física às vésperas do casamento religioso:

No final de 2020, fomos a uma festa na cidade da família dele. Pedi para segurar a porta sem trava do banheiro para usar. Ele começou a conversar com mulheres e deixou a porta abrir. Muito brava e nervosa, comecei a discutir. Ele perdeu a paciência e me pegou pelo pescoço, me jogou contra parede disse: –cala boca porque eu não aguento mais ouvir sua voz, deita e

¹⁹Referência ao livro de Christa Berger Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1998.

dorme. Eu fiquei dias com um hematoma grande e muita dor na cabeça porque bati na parede.

Apesar das marcas das agressões, Maria manteve o compromisso. Casaram-se no Civil e, um ano depois, no religioso devido à pandemia da Covid. A esposa narra um relacionamento de constantes discussões, agressões, desentendimentos, pautado por violência psicológica e violência física. Ambos os cônjuges defendiam seus pontos de vista arduamente, conforme histórico dos fatos:

Em resumo, nosso casamento era assim: ele fazia algo para me magoar, ou não me dava atenção, eu tentava conversar e ele começava a me ofender. Às vezes, eu o ofendia também. Ficávamos dias brigados até que eu tentasse fazer as pazes.

No entanto, o divórcio seguiu após violenta discussão que levou Maria amedrontada de volta à casa dos pais:

Eu estava com o bebê no colo quando começaram as agressões. Peguei o celular para ligar para meus pais e ele tirou o nosso filho do meu colo com força. Avisou que eu poderia chamar quem quer que fosse (...) Ele levou o bebê para o quarto e passei a noite acordada com medo de que acontecesse algo. Quando amanheceu, o João ainda estava dormindo e consegui pegar o bebê. Fomos para a casa dos meus pais. Contei tudo e disse que iria me separar, pois já tinha chegado ao meu limite.

Quanto às leis do divórcio, o discurso legal insinua dispositivos que apontam a preocupação do legislador em proteger as partes na dissolução da relação tóxica. Em algumas situações, o divórcio não se restringe somente à separação de corpos, porque há filhos na relação. No caso em observação, à época do divórcio havia um bebê de com menos de dois meses entre as partes.

Além disso, Maria deixou a casa do casal a 17 de maio de 2022, após a última desavença. A casa já lhe pertencia anteriormente ao casamento, que foi concebido em regime de separação de bens, ainda assim João só deixou o imóvel a 05 de junho de 2022, após muita discussão e resistência. Sobre questões em que o judiciário foi acionado, ainda restam lides uma vez que o ex-marido descumpriu medidas protetivas em relação à ex-mulher e ao filho. Enfim, Maria buscou a separação, seguido de pedido de divórcio cuja sentença data de 04 de junho de 2022.

Assim, a gramática do poder se materializa no ordenamento jurídico brasileiro em sua complexidade, afeito a tentar sanar as consequências e não as causas das doenças sociais. Observa-se profunda ambiguidade moral e ética uma vez que a violência contra indefesos e invisíveis contradiz a racionalidade do homem e da mulher modernos.

Por outro aspecto, a declaração de nulidade do matrimônio resulta de processo a ser julgado pelo Tribunal Eclesiástico. Para tanto a construção de histórico dos fatos de acordo com roteiro específico conduz a parte demandante (neste caso, a mulher) a investigar, a vasculhar, subjetivamente, toda a relação. Dessa maneira, o histórico registra ecos da educação rotulada pela

ética e pela moral judaico-cristã. Algumas questões do roteiro preconizam a reconciliação, o arrependimento e o perdão:

Comente detalhadamente de quem partiu a iniciativa de separação e qual o verdadeiro motivo. Houve tentativa de reconciliação? De quem? Qual o resultado?

Aliás, esse roteiro, anexo 04, para o histórico dos fatos constitui-se de 28 itens, que evoluem desde o tempo de namoro até a separação. Das questões, três referem-se a reconciliação, que demarcam o apelo ao arrependimento fundamental para haver perdão de acordo com subjetivações da teologia católica. Para além disso, uma das questões traz à pauta direitos individuais quando interroga se, à época do namoro, "houve intimidade sexual?". Neste aspecto, a prática ou não de relações sexuais antes do casamento corresponde a liberdades cuja menção não produz efeitos no relacionamento analisado.

Assim, o discurso do roteiro essencial ao histórico dos fatos atualiza subjetivações, em vários momentos, que subjagam as liberdades individuais naturais às relações entre pessoas no terceiro milênio. Esses discursos ainda contrastam micropoderes com os quais a mulher conviveu por quase dois mil anos da era cristã. Durante o relacionamento do casal, houve muita violência psicológica e física. Várias reconciliações aconteceram, entretanto, a relação terminou após violenta agressão de João. Entretanto, no roteiro não constam itens sobre a violência psicológica e/ou física que, infelizmente, caracterizam muitas relações tóxicas, já mencionadas em análises materiais no capítulo 02 da pesquisa.

Outro psico poder constatado durante a narrativa se refere ao apoio da família da esposa. Maria descreve seu bom relacionamento familiar e do apoio com o qual sempre conta. Mesmo assim, desde o início do namoro a mãe sugere à filha que reflita sobre o relacionamento pretérito de João com a ex namorada. A família percebeu indícios de problemas futuros entre os jovens. Entretanto, famílias cristãs educam para o matrimônio e a construção da família. Assim, não houve um importante oposição ao namoro, ao noivado e ao casamento. Dessa forma, as marcas do tempo à mulher na sociedade ainda ressoam diferente do que para o homem. Independente de classe social, a mulher cristã carrega a subjetivação de que família feliz resulta de um casamento e da maternidade.

Toda a união consagrada pelo rito católico é indissolúvel. Informação previamente formalizada no período de preparação ao casamento, necessita ser compreendida e aceita pelos cônjuges. Inclusive, antes da cerimônia religiosa, os nubentes assinam documento que formaliza sua concordância nesse sentido. Esse documento faz parte do rol que permanece na igreja dentro do processículo.

Portanto, os discursos e os dispositivos para dissolução do casamento reafirmam a ressonância pragmática do exercício de submissão dos corpos à lei divina, profundamente, motivada pelo paradigma masculino, vigente desde a era pré-cristã. Durante toda a narrativa essencial ao processo de declaração de nulidade do matrimônio, permanece reiterada a certeza de que houve tentativas de perdão e de reconciliação. Os itens norteadores do roteiro preconizam que a parte demandante relembre, reflita, escreva sobre o perdão e a reconciliação.

Nessa construção simbólica, ao escrever sua história, a parte menciona se buscou a reconciliação, uma vez que a união é indissolúvel. Falar se foi capaz de perdoar e se reconciliar são marcas de subjetivações que a cultura judaico-cristã consolidou. Independente da violência a que foi submetida, essa condição deve alinhar as várias tentativas de conservar o matrimônio, por isso há uma ruptura entre o discurso religioso e o do judiciário.

A lei define que o Brasil é laico. Ou seja, a opção religiosa deriva de escolha subjetiva individual. Logo, as igrejas deveriam alinhar suas práticas ao ordenamento jurídico, uma vez que são instituições radicadas no país. No caso em análise, comprovaram-se as inúmeras agressões entre o casal, o que resulta suficiente para anular o matrimônio religioso a partir da sentença do divórcio.

Ainda de acordo com o histórico dos fatos, a esposa requer a declaração de nulidade do matrimônio por duas razões. Inicialmente, o sacramento da comunhão não pode ser partilhado por pessoas divorciadas ou separadas. Maria é católica praticante e se recente de não receber a comunhão semanalmente. Em segundo, ela escreve no histórico que "Gostaria solicitar a nulidade matrimonial para que possa receber a comunhão. Quem sabe e, se Deus permitir, casar de novo com um homem que realmente seja bom para mim e para meu filho". Portanto, o caso em análise parece apresentar o hiato entre a lei dos homens e a lei divina. Como o divórcio de Maria já foi declarado, a impossibilidade de participar do sacramento da comunhão parece ferir o princípio da liberdade individual.

De acordo com Ministro Roberto Barroso, "em primeiro lugar, a autonomia da mulher corresponde ao núcleo essencial da liberdade individual, protegida pelo princípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CF/88)", sobre a violação a direitos fundamentais das mulheres. Assim, resta claro no histórico dos fatos que a violência a que foi submetida a mulher caracteriza-se como elemento secundário para a anulação do casamento religioso, revelando características da ética e moral da servidão e submissão judaico-cristã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A era do discurso precedeu a da informação; enquanto, a do discurso, do conhecimento, das ideias, do convencimento, da argumentação consagrou a evolução em muitas áreas do conhecimento. O saber-poder materializou-se em bastantes possibilidades de pacificação social à medida que pulverizava controle, disciplina e poder. Logo, a era da informação, fortemente, alardeada como solução eficiente para todos os dilemas do homem e da mulher modernos às portas do século XXI, pavimentou avanços nas ciências humanas. Entretanto, ambas não resolveram suas disputas e a sociedade registra a consequência fundamental: a insegurança permanece à vista de todos.

No mesmo sentido, a era da informação inaugura a individualização coletiva da família, na qual todos convivem através das telas. Separou a todos em seus aparelhos de alienação antissocial. Veem-se famílias inteiras à mesa na caverna moderna de Platão - centros de compras - hipnotizados pela luz azul. Ninguém fala, dialoga, discute, argumenta. Comunicam-se por mensagens rápidas, frias, objetivas para não perder a próxima foto, por que se não fotografar não viveu. Entretanto, não experimenta o momento por que pode registrar para viver depois, mas também nunca mais abre a foto por que tem pressa pra registrar outro instante a seguir. Desse modo, é o círculo vicioso da era da imagem.

Nessa era da imagem, a nova mulher procura seu lugar de fala e reina absoluta dentro e fora de casa, positiva e negativamente. Está em maior número, estudou mais, escolheu mais, votou mais, comanda mais, viaja mais, vive mais do que o homem. Apesar disso, elas têm salários menores do que eles. Apesar de serem em maior número de eleitoras, menos de 30% das candidatas se elegeram no pleito de 2022. Apesar da quantidade de famílias serem comandadas por elas, seus filhos crescem mais agressivos numa sociedade mais violenta, materialmente, como comprovado em inúmeras estatísticas nesta pesquisa.

A Maria que protagonizou o estudo de caso desta pesquisa corresponde à nova mulher. Ela é empresária e graduada. Ao encontrar o seu João, perdeu-se de encantamento. Mesmo consciente do temperamento agressivo dele, manteve a relação tóxica nas quais bastantes violências aconteceram. Educada pelo paradigma cristão, a esposa acreditava no arrependimento e no perdão que consagram os discursos de sua prática religiosa. Mulher independente submeteu-se a relacionamento previsivelmente abusivo, sob a subjetivação da absolvição do pecado a partir do arrependimento. Entretanto, as estatísticas se confirmaram. Maria e João divorciaram-se quando seu filho ainda não tinha um ano.

Ferreira Gullar, nesse poema, parece cantar a nova mulher quando escreve o poema Traduzir-se. "(...) uma parte de mim é todo mundo: outra parte é ninguém: fundo sem fundo. Uma parte de mim é multidão; outra parte estranheza e solidão. Uma parte de mim pesa, pondera; outra parte delira". Assim como o eu lírico do poema procura reconhecer-se, definir-se, a nova mulher alçou voo e constrói seu espaço a duras penas para se constituir como indivíduo. Fez tudo isso sem um paradigma feminino que a sustentasse durante suas batalhas. Deixar mais de dois mil anos de invisibilidade ao atentar à era cristã, trouxe consequências importantes que merecem consideração.

Perdidas entre processo complexo e necessário de se constituir como pessoas, cidadãs, mães, trabalhadoras, chefes e empregadas, as mulheres deslizam pelo caminho da subjetivação de uma era patriarcalista - patriarcal e capitalista. Faz-se necessário trazer luz a esse dilema, cujo diálogo pode refletir à sociedade agressiva que ajudam a edificar. Rasgar as máscaras das amélias, das marias, das madalenas. Todas representam a educação voltada à manutenção de estruturas estruturantes, consolidadas através de discursos de ódio, de competição excessiva, de propagação de informações falsas, de reiteração de roteiros religiosos e ideológicos radicais. Importante dar espaço para que essa nova mulher construa sua nova subjetividade e que represente sua função social para além de fornos de gente. Dessa forma, cabe à nova mulher compreender-se, responsabilizar-se e ajudar a curar a sociedade em que quer educar sua família.

Inspirada em Raul Seixas, a Maria e a nova mulher se encaixam em estruturas estruturantes dos séculos XX e XXI de forma que seus discursos carregam representações que negam suas conquistas. Ao que parece "aquela velha opinião formada sobre tudo" faz parte de subjetividades que fundamentam as representações das personagens femininas na sociedade. Elas conseguiram estudar, trabalhar, dar conta da tripla jornada. Hoje pilotam caminhões, constroem casas, comandam grandes e pequenas empresas. Ou empreendem toda forma de manter a família. Agora, urge compreenderem os dispositivos que compõem seus discursos, mas ainda conservam sombras de educação para a utilidade, para manutenção de estruturas puramente disciplinadoras e controladoras.

A história já elenca as prioridades à pacificação social na sociedade contemporânea, uma vez que registra também o avanço das ciências humanas, além das tecnologias da informação. Seguramente, o respeito pela nova constituição familiar, a valorização de profissionais de inúmeras áreas das ciências sociais (professoras, enfermeiras, médicas, deputadas e motoristas, entre outras) significa realmente construir um diálogo para acessar solução de tantos conflitos. A maioria dessas pessoas emprestam suas vocações para facilitar a vida moderna, porém continuam invisíveis na sociedade em que a mulher deixa os bastidores da história.

Então, em que medida suas famílias também são mais violentas? Quais subjetividades as mulheres hoje repercutem na educação de sua prole, muitas vezes órfã de figura paterna? Allende, escritora consagrada e uma das mais respeitadas exemplares da mulher moderna, define que "a linguagem é uma dança de eufemismos". Logo, a revolução desarmada conduzida pelo discurso pode representar a solução para a violência social. Requer, entretanto, compreender todas as subjetividades que esse discurso carrega. Dentro dele, há uma permanente disputa que passa a ermo da maioria. Compreenda-se também discurso como linguagem verbal ou não, como arte, como arquitetura, como estrutura estruturante material.

Para além disso, o discurso também introduz subjetivações que representam subliminarmente crenças limitantes. Desde tenra idade, o homem e a mulher tecem amarras às crianças, que conservam subjetivações de dominação, de controle, de limitações, tais quais alguns discursos religiosos ou de ideologias de gênero. Todas essas subjetivações oprimem, encapsulam, determinam muitas violências que matam mais do que a guilhotina, porque são violências simbólicas. Desde a moda que se reveste de linguagem específica de cada tempo e lugar para determinar a mobilidade social às tecnologias que orientam o agir no mundo social.

Portanto, cabe à nova mulher pavimentar uma "estrada amarela"²⁰ à sociedade ao se voltar ao diálogo e ao abandonar a ideia de culpa, mas assumir a responsabilidade de sua representação social. A partir disso, comprometer-se com discursos desnudos de preconceitos e de rótulos que desqualificam tudo o que difere. Tomar posse de seus discursos significa deixar vir à luz essa nova mulher desse novo tempo, responsabilizar-se pela construção de paradigmas femininos e masculinos fraternos e solidários. Assim, seus filhos abandonarão a alienação dos discursos de ódio, que só alimentam a violência contra todos os corpos invisíveis, inclusive, o delas que permaneceram coadjuvantes por toda era patriarcalista.

²⁰Referência à estrada amarela do Mágico de OZ, ficção clássica de 1939 de L. Frank Baum, na qual a personagem Dorothy precisa encontrar a estrada antes de embarcar em sua jornada rumo à luz, ao conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLENDE, Isabel, O caderno de Maya. Tradução Ernani Só. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BERGER, Christa, Campos em confronto: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Trad. Cristina Antunes. 2. Ed. 4 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. – Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel, A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 4.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
-, A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al. J. - Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.
-, A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio, 2º ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2014.
-, Microfísica do poder. Introdução e revisão técnica Roberto Machado, 13 ed. - São Paulo: Paz e terra, 2021.
- GOMES, Laurentino. Escravidão. Volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- HOBBS, Thomas. Leviatã. Trad. Rosina D'Angina. – São Paulo: Martin Claret, 2014.
- ORWELL, George. 1984. Trad. Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. - São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WILLIAMS, Raymond, Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução Sandra Guardini Vasconcelos, São Paulo: Boitempo, 2017.

Para navegar no século XXI / Org. Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

A história da Educação Infantil no Brasil. Disponível a www.scolaeducacao.com.br, acesso a 10.04.2023, às 21h03min.

A experiência com contraceptivos no Brasil. Disponível em www.scielo.br, acesso a 10.04.2023, às 21h13min.

Em 20 anos dobra o número de mulheres que exercem a medicina. Disponível em <https://portal.cfm.org.br>, acesso a 19.04.2023, às 19h21min.

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia, Cantinho da História 37 Foucault e a Arqueologia do Saber. 2014. www.youtube.com/@AnnaGicelle, acesso a 17.04.2023, às 18h40min.

DORIA, Pedro. Canal do Meio. Disponível em www.buzzsprout.com, acesso a 19.04.23, às 21h50min.

TIBURI, Márcia, Processo de subjetivação. Trecho da palestra Uma filosofia da leitura, realizada durante o 8º Seminário Biblioteca Viva, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/@SisEBSP>, acesso a 20.04.23, às 18h20min.

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. 2019. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br>, acesso a 21.04.23, às 18h45min.

FERREIRA, Francisco Eduardo. No Brasil, uma mulher sé vítima de violência a cada quatro horas. Disponível em <https://agenciabrsil.ebc.com.br>, acesso a 23.04.23, às 15h26min.

DIEESE - Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos. Disponível em <https://www.dieese.org.br>, acesso a 23.04.23, às 15h59min.

Brasil ultrapassa Rússia e se torna país com 3º maior número de mulheres presas. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br>, acesso a 23.04.23, às 19h12min.

Código de Direito Canônico, 4ª edição revista, promulgado por S.S Papa João Paulo II, Lisboa, Editora Apostolado da Oração. Disponível em <https://www.vatican.va/archive>, acesso a 26.04.23 às 22h10min

Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não concluíram o ensino. Disponível em <https://www.andes.org.br>, acesso a 27.04.23, às 22h54min.

Censo Escolar - MEC, Disponível em <http://portal.mec.gov.br>, acesso a 27.04.23, às 21h46min.

Visível Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil - 4ª Ed. - 2023. Disponível em <https://forumseguranca.org.br>, acesso a 04.05.23, às 15 h.

Ai, que saudade da Amélia. Disponível em <https://cantompb.com>, acesso a 06.05.23, às 14h40 min.

Conselheiro denuncia que 80% das faculdades médicas estão em municípios sem estrutura. Disponível em <https://portal.cmf.org.br>, acesso a 05.05.23, às 16h02min.

Divórcio demorou a chegar no Brasil. Disponível em <https://www12.senado.leg.br>, acesso a 13.05.23, às 8h20 min.

Peter Burke e a história do conhecimento: Você não sabe mais que seus ancestrais. Disponível em <https://www.fronteras.com>, acesso a 14.05.23, às 10h12min.

Não siga a estrada dos tijolos amarelos / Mágico de OZ. Disponível em <https://m.youtube.com>, acesso a 14.05.23, às 11 h.

Código Eleitoral de 1932 permitiu o voto feminino. Disponível em <https://camara.leg.br>, acesso a 30.05.23, às 18h15min.

Violação à autonomia da mulher. Disponível em jusbrasil.com.br, 12/06/23, às 12h50min.

SENAPPEN Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>, 26/07/23, às 15h14min.

ANEXOS

Anexo 01

Carta enviada à Igreja Católica para anular o casamento religioso de um casal que já fez o divórcio.

Ao Revmo. Sr. Dr. Padre Carlos Roberto Santana da Silva,

-Parte Demandante:

1. Maria, nascida em Assis-SP em 1991
2. Assis-SP
3. Sou católica praticante, fui batizada pelo Monsenhor Floriano, na Catedral Diocesana de Assis, SP.
- 4 e 5. Sou graduada nos cursos de Nutrição e Educação Física, pós-graduada em Nutrição Esportiva Trabalho como nutricionista e educadora física.
6. Na Basílica São Vicente de Paulo, Assis, SP.
7. Na cidade de Florínea, SP.
8. Eu e minha família somos próximos e sempre tivemos ótimo relacionamento. Quando começamos o namoro, minha família acolheu João com carinho. Meu relacionamento com a família de meu esposo sempre foi respeitoso. Apesar disso, não tínhamos intimidade, porque eles não moram em Assis e sempre mantiveram a mesma distância do meu esposo.
9. Pe Oldeir José Galdino, telefone 18 997537017, endereço Rua Lenira Aparecida de Lima Vieira Dias, 975, Residencial Veneza. Assis, SP

- Parte Demandada:

1. João, nascido na cidade de Assis-SP em 1995.
2. Telefone
3. Católico não praticante. Batizado na cidade de Pedrinhas Paulista, na Matriz São Donato.
4. Ensino Médio.
5. Área de serviços da alimentação.
8. João não tem bom relacionamento com sua família. Os pais se separaram quando tinha quatro anos. A mãe deixou os filhos com a avó em Assis e foi morar em outra cidade. João costuma reclamar que sua família não lhe dá atenção. Na época do namoro e noivado, era muito prestativo e gostava e ficar com minha família, tratava a todos muito bem e com carinho.

- Relatório dos fatos:

Em 20 de abril de 2019, nos conhecemos em uma festa. Foi como amor à primeira vista. Fiquei encantada com sua beleza e com a forma carinhosa como me tratou. Nesse mesmo dia, ele contou que tinha um filho com sua ex-namorada. Eles haviam terminado por que a moça o traiu. Discutiram, então, ele a agrediu quando ela o ofendeu e fez piadas sobre a traição. A moça fez Boletim de Ocorrência e buscou medida protetiva.

Entretanto, a maneira como me contava produzia a certeza de que tinha sido fato isolado. Tudo por conta do que ele tinha passado e jamais faria aquilo novamente, portanto demos continuidade ao relacionamento.

Em junho do mesmo ano me pediu em namoro. Minha mãe e irmã pediram para eu pensar e ter certeza do que realmente queria. Os demais, tanto da minha família quanto da dele, estavam de acordo. Nesse período era tudo maravilhoso, diariamente nos víamos. Ficávamos o dia todo trocando mensagens, éramos os melhores amigos.

Começamos a ter relações sexuais desde o namoro. Nas poucas vezes em que visitamos sua família, as conversas recaíam sobre brigas e agressões de todos com outras pessoas. Então, soube que João estava sendo processado por duas agressões a dois homens. Inclusive pagou indenização, pois deu um soco que arrancou o dente de um deles. Eu fiquei preocupada porque falavam sobre todas aquelas agressões com naturalidade e até mesmo com orgulho. Algumas vezes, eu até saía de perto.

Como estava apaixonada e ele era carinhoso, amoroso e supercompanheiro, relevei e pensei que seria diferente comigo. Eu disse que não gostava daquilo e ele me assegurou que jamais faria novamente. Estávamos muito apaixonados (eu pelo menos) e começamos a conversar sobre casamento.

Nesse tempo, notava algumas atitudes agressivas dele, mas nunca a ponto de encostar em mim. Inclusive, João tinha apenas a primeira comunhão e se dispôs a fazer o curso para ser crismado. Fiquei muito feliz, pois é importante saber que ele estava buscando a Deus. Também ia à missa comigo todo domingo.

Então, decidimos ficar noivos após oito meses de namoro. Isso foi em novembro. Uma semana antes do noivado, ele chegou do trabalho estressado com seu superior e começou a descontar em mim. Falei para não me tratar daquela forma e que eu não tinha nada a ver com a situação. Ele se levantou e começou a gritar comigo e jogou o celular na parede, que ficou destruído e abriu um buraco na parede.

Então, eu disse pra ele que ia fazer as unhas. Quando voltasse e ele estivesse mais calmo, conversaríamos. Quando eu fechava a porta de vidro da sala, ele deu um soco no vidro e voou estilhaço ao meu rosto. Começou a sair muito sangue, pois estourou um vaso bem embaixo do meu olho direito. Por muito pouco, o caco de vidro não pegou no meu olho. João rompeu quatro tendões da mão e teve que passar por cirurgia.

Eu estava decidida a cancelar o noivado. Por conta da cirurgia às pressas, eu tive que ir com ele. Ninguém da sua família quis acompanhá-lo. Após a cirurgia, chorou e disse estar muito arrependido. Acrescentou que eu era o amor de sua vida e pediu outra chance pra me mostrar que jamais faria nada parecido. Acreditei outra vez. Mantivemos o noivado.

Posterior ao noivado, ficou tudo bem por mais ou menos dois meses, pois começamos a planejar o casamento. Minha família arcaria com as custas, pois ele sempre alegou que não tinha dinheiro. Mesmo assim, queria opinar em tudo para que fosse do seu jeito. Sempre tentava me colocar contra meus pais. Como eu estava apaixonada e convicta de que era o homem certo, tentava amenizar as situações em que ele me colocava.

Nosso casamento estava marcado para maio de 2020. Em março, começou a pandemia do Covid, assim casamos apenas no civil e adiamos nosso casamento religioso para maio de 2021. Uma semana após o casamento civil, estávamos na casa da avó dele, em Florínea. Um amigo levou umas meninas, inclusive uma com a qual João já se envolvera. No decorrer da noite, essa moça chegou perto dele e começou a dançar. Então, Leonardo dançou com ela.

Pedi pra ele sair de perto e ir dormir comigo, mas ele disse que não ia. Eu fiquei extremamente chateada e queria ir embora para minha casa, mas tive que ficar porque estava em outra cidade e com o carro dele. Então fui pro quarto dormir. No decorrer da semana, ele me pediu desculpas e disse que não faria mais e, mais uma vez, perdoei.

Desde então, o comportamento dele começou a mudar e o percebi mais estressado, impaciente e, às vezes, agressivo comigo. Eu tentava conversar mas ele nunca queria, ou nunca acabava bem. Sem se exaltar muito, me ofendia, xingava. Eu tinha que recuar, pois temia que perdesse a cabeça. Nesse tempo, também vi no celular dele algumas vezes conteúdos pornográficos, o que me deixou extremamente triste. Para mim também é traição. Em conversas ele tentava mentir e falava que não sabia porque estava no celular dele. Eu estava tão envolvida que ficava cega. Até pensei algumas vezes em separar, mas tinha tanto amor que preferia acreditar que ele realmente mudaria.

Em resumo, nosso casamento era assim: ele fazia algo para me magoar, ou não me dava atenção, eu tentava conversar e ele começava a me ofender. Às vezes, eu o ofendia também. Ficávamos dias brigados até que eu tentasse fazer as pazes.

No final de 2020, fomos a uma festa na cidade da família dele. Pedi para segurar a porta sem trava do banheiro para usar. Ele começou a conversar com mulheres e deixou a porta abrir. Muito brava e nervosa, comecei a discutir. Ele perdeu a paciência e me pegou pelo pescoço, me jogou contra parede disse: –cala boca porque eu não aguento mais ouvir sua voz, deita e dorme.

Eu fiquei dias com um hematoma grande e muita dor na cabeça porque bati na parede. E era como sempre, na hora eu pensava que não queria mais aquilo, pois mereço ser tratada melhor. Quando a raiva passava, sempre dava mais uma chance.

Entre janeiro e abril não houve agressões, mas teve muita discussão. Eu sempre tentava falar para que aprendesse a conversar. Se eu discordasse dele, já ficava agressivo comigo. Outro ponto sensível repousava em eu ser a provedora financeira da casa. Além de ter que limpar, cozinhar e trabalhar fora.

No começo do namoro, ele sempre dizia que batalharia pra gente crescer juntos e conquistar nossas coisas. Depois que casamos, acomodou-se e não tinha interesse em se dedicar para cuidar da casa. Se eu precisava de algo, ele dizia que não ajudaria. Os móveis da casa, por exemplo, comprei sozinha. Ganhamos os eletrodomésticos dos meus tios (fogão, geladeira). Casamos em separação total de bens, de comum acordo. Quando discutíamos, jogava isso na minha cara, o que me magoava. Ele dizia que, por termos casado assim, era tudo meu, a casa era só minha. Assim, não tinha obrigação de ajudar em nada.

Sempre foi muito ruim ouvir isso, pois minha vontade era ficar com ele até o último dia da vida. Tudo seria nosso, pois estaríamos sempre juntos. Quando ele falava isso, parecia que tinha casado por interesse, uma vez que tenho condição financeira superior a dele. Eu construí nossa casa com a ajuda dos meus pais. Ele nunca se ofereceu para comprar nenhum tijolo. Deixava-me em situação desconfortável, pois queria decidir como seriam as coisas. Eu pedia a sua opinião, mas como nunca ajudava financeiramente, quem dava a palavra final era sempre eu. Isso o deixava bravo. Por outro lado, nunca tomou nenhuma atitude para melhorar sua vida financeira e ter mais responsabilidades.

No final de abril, véspera do casamento religioso que foi em 8 de maio de 2021, como ainda estava na pandemia, optamos por não fazer a festa, apenas a cerimônia religiosa na igreja. Decidi fazer lembrancinhas para os convidados que fossem à cerimônia. Era uma caixinha de doces e um frasco pequeno de água benta. Numa noite antes do casamento, eu enchia os frascos com água benta e pedi

ajuda, ele disse pra –me virar|| sozinha. Eu fiquei muito brava e comecei a discutir. Essas coisas que falava me deixavam tão chateada.

Sempre me dediquei para o nosso casamento dar certo e parecia não ser o suficiente. Então ele se estressou, jogou a caixa com os frascos no chão, quebraram alguns. Depois pisou em cima e disse pra eu não fazer mais nada. Eu não estava acreditando naquilo, comecei a pegar as coisas do chão e ele voltava a jogar novamente, até eu gritar para que parasse.

Logo depois, começou a me bater. Corri e tentei me trancar no banheiro, mas conseguiu entrar. Cai no chão e começou a me chutar. Fiquei muito machucada, com vários hematomas pelo corpo. Falei para que saísse de casa porque eu cancelaria o casamento religioso e pediria o divórcio do civil. João passou a noite fora, mas não levou suas coisas.

No outro dia, como me manipulava muito e eu não percebia, veio até mim chorando. Dizia que eu era o amor da sua vida, que nosso casamento estava tão perto, que nosso sonho estava prestes a se realizar e que era o demônio tentando destruir nossa família. Como eu estava cega de amor e sofrendo por não o ter mais, acreditei em suas palavras e, mais uma vez, também na promessa de nunca mais me agredir. Enfim, não cancelei o casamento.

Nosso casamento foi lindo. Senti uma benção especial: feliz por realizar o sonho de casar e ter minha família. Olhava nos seus olhos e sentia que estava feliz também. Fomos para a lua de mel maravilhosa, aproveitamos muito e estava tudo perfeito. Depois de dois meses, engravidei. A felicidade transbordava quando fiz o teste, pois meu maior sonho sempre foi ser mãe.

O João trabalhava quando liguei para contar. Ele ficou muito feliz porque falava que não via a hora de ter um filho comigo. Infelizmente, tudo começou a piorar e comecei a perceber quem o João realmente era. Então, percebi que estava vivendo um relacionamento muito abusivo.

Por conta da gestação, eu precisava de mais cuidados. Quando João percebeu que não receberia a atenção de que estava acostumado, começou a ficar incomodado e a criar problemas em nossa relação. Começou a ser totalmente egoísta. Não perguntava se eu precisava de ajuda. Pelo contrário, quando eu pedia que limpasse a casa, dizia que gravidez não é doença e que eu fizesse. Jogava futebol e futevôlei quase todos os dias e chegava tarde da noite. Se pedia pra ficar comigo, dizia que tinha que ter o lazer dele, que eu era muito chata e controladora.

Se eu fosse à casa dos meus pais ou dos meus tios, não queria ir, porque era chato ou queria dormir. Durante o namoro, não fazia nada sem mim. Agora só queria fazer coisas sozinho. Quando estava em casa, ficava no celular e não me dava nenhuma atenção.

Um dia tentei conversar, porque me sentia sozinha. Estava grávida de 3 meses e meio. Ele perdeu a paciência, gritou e me deu dois socos, um no braço e outro na barriga. Meu braço ficou roxo e minha barriga ficou doendo por dias. No dia seguinte, o médico disse que estava tudo bem com bebê.

A partir desse dia, decidi não mais me estressar com as atitudes do João para não prejudicar minha gestação. Por conta disso, senti que começamos a ficar cada vez mais distantes. Eu não sentia mais vontade de ficar em casa quando ele estava lá. Não me sentia confortável na sua presença. Quando falava comigo, era só relacionado a coisas materiais ou sobre futebol, nada que acrescentasse no nosso casamento.

Quando falei que passaria a quarentena na casa da minha mãe que me ajudaria com o bebê, ele ficou muito bravo. Disse pra eu ficar somente quinze dias e voltar para casa, que me ajudaria em tudo. Eu me preparei durante a gestação para o parto natural (normal), mas não tive nenhum sintoma do trabalho de parto. Já passava a hora do bebê nascer, portanto fiz a cesárea. Eu me senti muito frustrada por isso no início. Além disso, meu marido não me apoiava.

Nos primeiros cinco dias de vida do meu filho, o João me ajudou. A partir disso, voltou tudo ao normal. Ele também ficou na casa da minha mãe e começou a implicar com tudo que minha mãe e irmã faziam. Nunca falava para elas, falava apenas para mim e ficava o dia inteiro me atormentando. Eu chorava todos os dias porque me deixava muito nervosa.

Dizia que minha mãe queria ocupar o lugar dele, que não aguentava mais ficar lá, que queria ir embora, não pensava o quanto eu precisava de cuidados. Tinha acabado de passar por uma cirurgia, estava debilitada, precisava de ajuda até para tomar banho.

Quando o bebê tinha dez dias, saiu a sentença de agressão da ex namorada. João ficou um dia preso e condenado a 5 meses de regime aberto. Portanto, não poderia cometer nenhum erro, pois seria preso novamente.

Incomodava muito ele falar tantas coisas ruins sobre minha mãe, que o tratava como a um filho. João só retribuía com ingratidão, era muito doloroso. Ele dormia o dia inteiro e me ajudava um pouco de madrugada. Era sempre desgastante porque eu sempre tinha que pedir ajuda, nunca partia dele.

Fiquei na casa da minha mãe por cerca de um mês. Todos os dias me deixava nervosa, ou ia pra nossa casa e ficava uns três dias sem aparecer. Até o dia em que pediu para eu voltar para a nossa casa. Como o mercado, as refeições e a limpeza da casa eram minha responsabilidade, eu disse que

ele arcaria com as despesas do mercado. Na licença, eu recebia um auxílio inferior ao meu salário habitual. João também precisaria fazer a comida e limpar a casa por um tempo, até o médico me daria. Ele disse que faria tudo isso, logo voltei para nossa casa.

Obviamente ele não cumpriu as promessas. A casa vivia suja, ele não queria cozinhar coisas saudáveis, não comprava o básico no mercado. Eu tinha que ficar cobrando. Ele ficava bravo e eu cada vez mais desgastada e infeliz. Num dia levei uma caixa de leite da casa da minha mãe para eu tomar no dia seguinte, pois não tinha nada para o café da manhã. Ele não havia comprado. Eu estava amamentando meu filho, então precisava me alimentar de coisas saudáveis para que meu filho cresça forte e saudável também. Com isso, ele também não se importava.

Além disso, ele não gostava de cuidar do nosso filho. Achava ruim. Eu cuidava de bebê sozinha, pois ele estava trabalhando. Quando chegava em casa, nunca perguntava se eu precisava de algo. Simplesmente tomava banho, jantava e ficava mexendo no celular. Para eu poder tomar banho ou fazer alguma outra coisa, tinha que pedir e mesmo assim ele reclamava.

Eu acordava pelo menos de três em três horas para amamentar o bebê. Às vezes, ficava muito cansada e o acordava para trocar a fralda ou fazer o bebê dormir. Ele começou a reclamar disso também porque tinha muita coisa pra fazer e precisava dormir. Ficava sempre bravo. Por esse motivo, parei de pedir sua ajuda para cuidar do bebê. Eu sofria muito por ele fazer isso. Também é o pai e tem responsabilidades.

Por conta de tudo isso, comecei a guardar rancor e raiva. Não queria mais conversar, ou estar perto dele. Quando estava sozinha com meu filho, era muito melhor, pois tinha paz. Tinha a sensação de que ele sentia muito ciúme e, às vezes, até raiva do nosso filho por eu dar atenção só ao bebê.

João sempre falava que estava mudada e não me importava com ele. Acabava de ter um filho que precisa dos meus cuidados nas 24 horas do dia. Não tinha como dar conta de tudo. Ele nunca entendeu por ser egoísta e só pensar no seu bem estar.

Em 16 de maio de 2022, segunda-feira, almoçamos e fui lavar louça. Pedi para João ficar com o bebê. De repente, ele apareceu na cozinha sozinho, sem nosso filho. Perguntei onde estava o bebê, ele respondeu que estava no quarto. Corri e encontrei-o, com menos de dois meses, sentado sozinho na poltrona de amamentar.

Eu fiquei muito nervosa, pois era muito novo para ficar naquela posição. Poderia machucar sua coluna, além de deixá-lo sozinho em altura perigosa para criança tão nova. Além do mais, o pediatra

tinha alertado várias vezes que não poderíamos deixá-lo sozinho nem por um segundo em lugares perigosos. É assim que acontecem tragédias irreversíveis.

Chamei atenção dele e pedi pra que jamais fizesse novamente. Respondeu que eu era louca e exagerada. Silenciei para não brigar. Nesta mesma noite, fomos ao aniversário do meu afilhado. João continuou a desfazer de mim na frente do meu primo e do amigo dele, dizia que eu estava velha demais, acima do peso e insuportável com um relógio novo que havia comprado.

Percebi também que se incomodava muito com minhas conquistas, tanto pessoais quanto profissionais. Parecia que tinha inveja. Se eu comprava algo, não sossegava até comprar também. Falava que meu trabalho era muito fácil e que eu não fazia nada, só ele trabalhava de verdade.

Agüentei tudo aquilo em silêncio para não brigar, mas minha paciência se esgotava. Eu não ficaria quieta por muito tempo. Fomos embora do aniversário. Ao chegarmos em casa, fui ao quarto do bebê para amamentar e fazê-lo dormir. Estava sentada na poltrona e o bebê quase dormindo, quando João entrou e começou a discutir sobre o que havia acontecido. Ao invés de reconhecer seu erro, disse que eu precisava parar de ser chata e ficar chamando sua atenção, que faria o que quisesse, porque nasceu e vai morrer assim. Eu tinha que ficar quieta e o deixar em paz.

Respondi que se fosse para a segurança e bem do bebê, jamais ficaria quieta. Sempre vou proteger e cuidar dele da melhor forma possível. Ele se exaltou e falou alto. Pedi várias vezes para conversar em outra hora para não acordar o bebê, mas discutiu e falou cada vez mais alto. O bebê acordou e começou a chorar.

Eu explodi e perdi minha paciência. Gritei pra ele sair do quarto porque parecia um demônio. Ele começou a me xingar das piores coisas, como por exemplo de vagabunda e otária. Depois de todas as ofensas, foi pro quarto deitar, enquanto o bebê estava chorando.

Eu estava com muita raiva e fui atrás dele para que fizesse o bebê dormir, já que o tinha acordado. Ele disse: —vai tomar no seu cu e sai daqui!. Então comecei a pegar as coisas para ir à casa da minha mãe, pois não aguentava aquela situação. Quando viu que eu ia sair, levantou e começou a me agredir. Disse que eu não iria a lugar nenhum.

Eu estava com o bebê no colo quando começaram as agressões. Peguei o celular para ligar para meus pais e ele tirou o nosso filho do meu colo com força. Avisou que eu poderia chamar quem quer que fosse, até a polícia. Ele seria preso, mas o bebê jamais sairia de lá.

Fiquei apavorada e com medo dele fazer algum mal para meu filho. Então não tive mais reações, minhas pernas ficaram bambas e silenciei. Quando olhei para o meu filho e vi os olhinhos

apavorados e desprotegidos, prometi pra mim mesma que jamais passaria por isso novamente e o protegeria. Ele levou o bebê para o quarto e passei a noite acordada com medo de que acontecesse algo.

Quando amanheceu, o João ainda estava dormindo e consegui pegar o bebê. Fomos para a casa dos meus pais. Contei tudo e disse que iria me separar, pois já tinha chegado ao meu limite. Não quero que meu filho cresça vendo a mãe ser agredida, correr o risco de ser agredido também e, pior de tudo, achar que isso é normal.

João veio várias vezes atrás, dizendo que mudaria, que se trataria e que jamais faria aquilo de novo e que não conseguiria viver sem mim e o nosso filho. Ao invés de realmente procurar ajuda e se tratar, começou a me trair. Recebi fotos e vídeos dele no motel, fazendo orgias com um amigo e mais duas garotas de programa. Começou a beber e a fumar, coisas que não fazia quando estávamos casados

Não lutou pela nossa família. Ao contrário, só falava que lutaria por nós, mas suas atitudes eram totalmente contrárias. Foi nesse momento que senti a confirmação de que tomei a decisão correta em me separar. E segui com o processo.

Eu não tinha feito boletim de ocorrência e nem medida protetiva, pois como ele é o pai do meu filho, e como está cumprindo pena, fiquei com medo dele ser preso. Não queria que isso acontecesse. Mas ele começou a me seguir e me ofender muito. Então resolvi fazer o boletim e a medida protetiva, pois comecei a ficar com muito medo de que fizesse alguma coisa contra mim e nosso filho.

Até agora tenho muito medo de voltar para minha casa e ficar sozinha lá. Estou tendo que morar na casa dos meus pais por enquanto, pois tenho pânico e muito medo dele. Comecei a fazer acompanhamento psicológico por conta disso, o que tem me ajudado a seguir em frente apesar de tudo o que aconteceu.

Meu casamento no religioso durou apenas um ano. Eu consegui a guarda unilateral do bebê, que mora comigo. Cuido dele 24 horas por dia. João só pode vê-lo sob a minha supervisão e em lugar público. Ficou combinado que ele viria uma vez por semana. Às vezes, não aparece para ver o filho. Além de estar pagando apenas R\$ 200,00 de pensão, o que não custeia nem as vitaminas de que nosso filho precisa diariamente.

Tomei a atitude de me separar, pois acredito que não mereço ser tratada dessa forma. Logo, peço a nulidade do casamento. Receber a comunhão na missa é muito importante para mim e não quero

abrir mão disso. A comunhão é ato mais importante da igreja e também me dá forças para passar a semana bem e conseguir seguir em frente.

Sempre frequentei a igreja, participei de grupos de jovens. Então, estar na presença de Deus, sempre foi prioridade para mim. Portanto, gostaria de solicitar a nulidade matrimonial para que possa receber a comunhão. Quem sabe e, se Deus permitir, casar de novo com um homem que realmente seja bom pra mim e para meu filho.

Anexo 02

Art. 1.556. O casamento pode ser anulado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Art. 1.557. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

I — o que diz respeito à sua identidade, sua honra e boa fama, sendo esse erro tal que o seu conhecimento ulterior torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado;

II — a ignorância de crime, anterior ao casamento, que, por sua natureza, torne insuportável a vida conjugal;

III — a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável, ou de moléstia grave e transmissível, pelo contágio ou herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;

IV — a ignorância, anterior ao casamento, de doença mental grave que, por sua natureza, torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado.

Art. 1.558. É anulável o casamento em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares.

Art. 1.559. Somente o cônjuge que incidiu em erro, ou sofreu coação, pode demandar a anulação do casamento; mas a coabitação, havendo ciência do vício, valida o ato, ressalvadas as hipóteses dos incisos III e IV do art. 1.557.

Art. 1.560. O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, é de:

I — cento e oitenta dias, no caso do inciso IV do art. 1.550;

II — dois anos, se incompetente a autoridade celebrante;

III — três anos, nos casos dos incisos I a IV do art. 1.557;

IV — quatro anos, se houver coação.

§1º Extingue-se, em cento e oitenta dias, o direito de anular o casamento dos menores de dezesseis anos, contado o prazo para o menor do dia em que fez essa idade; e da data do casamento, para seus representantes legais ou ascendentes.

§2º Na hipótese do inciso V do art. 1.550, o prazo para anulação do casamento é de cento e oitenta dias, a partir da data em que o mandante tiver conhecimento da celebração.

Art. 1.561. Embora anulável ou mesmo nulo, se contraído de boa-fé por ambos os cônjuges, o casamento, em relação a estes como aos filhos, produz todos os efeitos até o dia da sentença anulatória.

§1º Se um dos cônjuges estava de boa-fé ao celebrar o casamento, os seus efeitos civis só a ele e aos filhos aproveitarão.

§2º Se ambos os cônjuges estavam de má-fé ao celebrar o casamento, os seus efeitos civis só aos filhos aproveitarão.

Art. 1.562. Antes de mover a ação de nulidade do casamento, a de anulação, a de separação judicial, a de divórcio direto ou a de dissolução de união estável, poderá requerer a parte, comprovando sua necessidade, a separação de corpos, que será concedida pelo juiz com a possível brevidade.

Art. 1.563. A sentença que decretar a nulidade do casamento retroagirá à data da sua celebração, sem prejudicar a aquisição de direitos, a título oneroso, por terceiros de boa-fé, nem a resultante de sentença transitada em julgado.

Art. 1.564. Quando o casamento for anulado por culpa de um dos cônjuges, este incorrerá:

I — na perda de todas as vantagens havidas do cônjuge inocente;

II — na obrigação de cumprir as promessas que lhe fez no contrato antenupcial.

Anexo 03

Primeira Parte -

I. Dos Documentos

1. Carteira de identidade da parte demandante;
2. Certidão de batismo atualizada de ambas as partes;
3. Certidão do casamento religioso;
4. Processículo Matrimonial ou declaração da sua inexistência nos arquivos, juntamente a cópias do assentamento no livro do casamento;
5. Certidão do casamento no civil, constando a averbação de divórcio;
6. Laudos e perícias da área da psicologia clínica ou da psiquiátrica
7. Boletim de ocorrência, exames de corpo de delito, cartas e outros documentos que interessem ao processo.

Anexo 03

Roteiro para o Histórico dos Fatos

I. Parte Demandante

1. Nome, filiação, data e lugar de nascimento
2. Endereço
3. Religião, data e lugar do batismo, se é praticante
4. Instrução
5. Profissão
6. Data e local do matrimônio
7. Data e local do casamento civil
8. Como era sua família na época do namoro e noivado e como se dava o seu relacionamento com ele e como a família da outra parte?
9. Indicar algum sacerdote que possa atestar sobre sua pessoa. Nome completo, endereço e telefone do sacerdote.

II. Do Namoro

10. Como, quando e onde conheceu a parte demandante? Como e quando iniciou o namoro?
11. Como foi esse tempo? Comente detalhadamente se houve brigas e desentendimentos, e o por? Se chegou a desmanchar o namoro, quantas vezes e por quanto tempo? Quem procurava a reconciliação e por quê? Houve intimidade sexual? Resultou gravidez?
12. As famílias das partes estavam de acordo com o namoro? Quanto tempo durou o namoro?

III. Do Noivado

13. Como, quando e onde iniciou o noivado? Quem tomou a iniciativa e em que circunstâncias?
14. Como foi esse tempo? Comente detalhadamente se houve intimidade sexual e se resultou em gravidez? Se houve brigas e discussões e o porquê? Chegou a desmanchar o noivado, quantas vezes e por quanto tempo, quem procurava a reconciliação e o porquê? Se havia brigas e conflitos na época do noivado, por que então chegaram ao matrimônio?

IV. Celebração do Matrimônio

15. Comente se as partes foram livremente para o casamento. Especificar se alguém ou alguma circunstância obrigou a tomar a decisão, quem e qual circunstância
16. Como foi o dia do casamento, tudo ocorreu normal na celebração religiosa e na cerimônia de contrato civil? Comente se houve e como se seguiu a recepção. Notou algum fato no dia do casamento que levasse a duvidar da felicidade entre as partes?

V. Vida Matrimonial

17. Houve lua de mel? Correu tudo bem, sem problemas? Comente detalhadamente se o casamento foi consumado. Caso houver dificuldades, cite-as.
18. Quando surgiram os primeiros problemas do casal? Eles já existiam anteriormente ao casamento
19. Relate pormenorizadamente os principais fatos que prejudicaram o relacionamento do casal e o levaram a um final indesejado.
20. Algum problema emocional, psicológico ou psíquico prejudicou o relacionamento matrimonial das partes? Quais? Como esse problema se manifestou? Em que período?
21. Houve infidelidade conjugal? Por parte de quem? Antes, durante ou depois do casamento?
22. Tiveram filhos? Quantos? Se não, porquê? As partes assumiram as suas obrigações matrimoniais com referência ao lar, ao outro cônjuge e aos filhos?
23. As partes se amavam com amor marital capaz de fundamentar o matrimônio? Ou outro tipo? Qual? Quando descobriram que não havia mais amor entre eles?
24. Quanto tempo durou a vida conjugal?

VI. Separação

25. Comente detalhadamente de quem partiu a iniciativa de separação e qual o verdadeiro motivo. Houve tentativa de reconciliação? De quem? Qual o resultado?
26. Com quem vivem as partes hoje?
27. Se tiveram filhos, com quem vivem atualmente e quem os sustenta?
28. Qual o motivo e o que espera introduzindo esta ação de declaração de nulidade de seu matrimônio em um Tribunal Eclesiástico?

Anexo 05

Vínculo

Cânone 1.097. — §2º. O erro de qualidade da pessoa, embora seja causa do contrato, não torna nulo o matrimônio, salvo se essa qualidade for direta e principalmente visada.

Dolo:

Cânone 1.098. — Quem contrai matrimônio, enganado por dolo perpetrado para obter o consentimento matrimonial, a respeito de alguma qualidade da outra parte, e essa qualidade, por sua natureza, passa perturbar gravemente o consórcio da vida conjugal, contrai invalidamente.

Erro nas propriedades essenciais do matrimônio:

Cânone 1.099. — O erro a respeito da unidade, da indissolubilidade ou da dignidade sacramental do matrimônio, contanto que não determine a vontade, não vicia o consentimento matrimonial.

Condição:

Cânone 1.102. — §1º. Não se pode contrair validamente o matrimônio sob condição de futuro.

Medo:

Cânone 1.103. — É inválido o matrimônio contraído por violência, ou medo grave proveniente de causa externa, ainda que inculido não propositalmente, para se livrar do qual alguém seja forçado a escolher o matrimônio.

Violência:

Cânone 1.103. — É inválido o matrimônio contraído por violência, ou medo grave proveniente de causa externa, ainda que inculido não propositalmente, para se livrar do qual alguém seja forçado a escolher o matrimônio.